



Instituto Superior de Ciências da Educação

ISCED-HUÍLA

**O CONTRIBUTO DO NACIONALISMO NA EMANCIPAÇÃO POLÍTICA-
SOCIAL EM ANGOLA DESDE 1950 ATÉ 1975.**

Autor: Esaú Óscar

LUBANGO

2022



Instituto Superior de Ciências da Educação

ISCED-HUÍLA

**O CONTRIBUTO DO NACIONALISMO NA EMANCIPAÇÃO POLÍTICA-
SOCIAL EM ANGOLA DESDE 1950 ATÉ 1975.**

Trabalho apresentado para obtenção do
grau de Licenciado em Ensino de História

Autor: Esaú Óscar

Tutor: Joaquim Horácio Camenhe.

LUBANGO

2022



Instituto Superior de Ciência de Educação da Huíla
ISCED-HUÍLA

DECLARAÇÃO DE AUTORIA DO TRABALHO DE LICENCIATURA

Tenho consciência que a cópia ou o plágio, além de poderem gerar responsabilidade civil, criminal e disciplinar, bem como reprovação ou retirada do grau, constituem uma grave violação da ética académica.

Nesta base, eu **ESAÚ ÓSCAR**, estudante finalista do Instituto Superior de Ciência de Educação da Huíla (ISCED-Huíla) do curso de História, do Departamento de CIÊNCIAS SOCIAIS, declaro por minha honra, ter elaborado este trabalho, só e somente com o auxílio da bibliografia que tive acesso e dos conhecimentos adquiridos durante a minha carreira estudantil e profissional.

Lubango, ____ de _____ de 2022

O Autor

DEDICATÓRIA.

Dedico este trabalho à Deus e a todos que contribuíram para a minha formação tal como: familiares, professores, colegas e amigos.

AGRADECIMENTOS.

Agradeço à Deus pelo dom de vida e por ter-me concedido a saúde até ao exacto momento.

Aos meus pais por me terem gerado.

A minha esposa e aos meus filhos por terem-me apoiado nos momentos mais difíceis da formação.

Aos meus irmãos e minhas irmãs que sempre ajudaram-me verticalmente para que eu chegasse até aqui.

O meu Professor Orientador Msc. Joaquim Horácio C. Pereira, pela paciência, dedicação e pela disponibilidade demonstrada a quando da elaboração deste trabalho. Sem esquecer os outros professores tais como: Dr José Alfredo de Matos, Dr Laurindo Rufino, Dra. Marcelina Gomes, Dra. Alice Freitas e aos demais professores do 1º ao 4º ano pelos valiosos conhecimentos transmitidos durante esta etapa. Em quinto devo gratidão à todos os não nominalmente mencionados, mas directa ou indirectamente deram o seu apoio para a confirmação daquilo que hoje conseguimos ter neste nosso trabalho.

SIGLAS UTILIZADAS.

AG – *Ation Group*.

ALIAZO – Alianças dos Naturais do Zombo.

ANANGOLA – Associação dos Naturais de Angola.

ASSOMUZO – Associação dos Originários de Maquela do Zombo.

CEA – Casa dos Estudantes Angola.

CEI – Casa do Estudantes do Império.

CLA – Conselho de Libertação de Angola.

CMA – Clube Marítimo Africano.

CNTA - Confederação Nacional dos Trabalhadores de Angola.

CPP – *Convetion pepleo is Party*.

ELNA – Exército de Libertação Nacional de Angola.

EUA- Estados Unidos da América

FICO – Frente Internacional de Comunidade Ocidental.

FNLA – Frente Nacional de Libertação de Angola.

GRAE – Governo Revolucionário Angolano no Exílio.

JDDA – Junta de Defesa dos Direitos de África.

LGTA - Liga Geral dos Trabalhadores de Angola.

LNA – Liga Nacional Africano.

MAC – Movimento Anticolonial.

MIA – Movimento Independente de Angola.

MML – Movimento de Moçambique Livre.

MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola.

PCA – Partido Comunista Angola.

PDA – Partido Democrático Angolano.

PID – Polícia Internacional de Defesa.

PLUAA – Partido de Luta Unida dos Africanos Angolanos.

PNA – Partido Nacional Africano.

RCM – Rádio Clube de Moçambique.

SINDACO - Sindicato Angolano dos Camponeses e Operários.

SJA - Sindicato dos Jornalistas Angolanos.

SNEBA - Sindicato Nacional dos Empregados Bancários da Província de Angola.

UGTA - União Geral dos Trabalhadores de Angola

UNITA – União Nacional para Independência Total de Angola.

UNTA – União Nacional dos Trabalhadores de Angola.

UPA – União das Populações de Angola.

UPNA – União das Populações do Norte de Angola.

URSS – União das Repúblicas Soviéticas e Socialistas.

RESUMO.

Em Angola houve emancipação política-social graças ao nacionalismo. O nacionalismo consiste em uma ideologia e movimento político, baseados na consciência da nação, que exprimem a crença na existência de certas características comuns em uma comunidade, nacional ou supranacional, e o desejo de modelá-las politicamente. No caso estudado, a noção de nacionalismo, cultura e identidade angolana, surgiram a partir de um contexto histórico de lutas e de enfrentamentos. São resultados de um processo de disparidades conceituais e de adaptações teóricas de acordo com o calor das vivências históricas. Esses episódios foram marcados pela experiência do colonialismo, dos movimentos de libertação, dos conflitos entre grupos beligerantes sem espaço para debates abertos, divergentes e democráticos, com diferentes articulações históricas e pretensões de não partidarizar ou doutrinar a produção do conhecimento em nome duma causa preestabelecida.

Durante o estudo realizado, notou-se que a política-social angolana sempre esteve longe de ser homogênea e refletia o contexto africano que, além das riquezas naturais do continente, também espelha a multiforme da manifestação social. É neste contexto que a sua emancipação ocorreu graças o contributo da união de várias associações africanas e extra-africanas.

O presente estudo está estruturado em dois capítulos, no primeiro, fez-se abordagem genérica e problemática do tema tendo em conta a literatura que sustenta a questão em estudo, tal como a questão política-social, conceitualização do nacionalismo, a génese do nacionalismo africano e seu desenvolvimento, tal como os processos do colonialismo inglês, francês, belga e português. Os movimentos clandestinos na luta de libertação nacional também mereceram destaque.

No segundo capítulo, fez-se a descrição das peripécias de um nacionalismo mais activo, defendido pelo MPLA, FNLA e UNITA. A génese do nacionalismo angolano dominou o segundo capítulo que aflorou também os movimentos e associações que se vergaram na génese da emancipação nacional. Este último capítulo faz uma ilustração do ano de 1960 como do apogeu das derrotas sucessivas do colonialismo português, cujo término foi alcançado em 1975 com a independência nacional.

ABSTRACT.

In Angola there was political and social emancipation thanks to nationalism. Nationalism consists of an ideology and political movement, based on the conscience of the nation, which expresses the belief in the existence of certain common characteristics in a community, national or supranational, and the desire to shape them politically. In the case studied, the notion of Angolan nationalism, culture and identity emerged from a historical context of struggles and confrontations. They are the result of a process of conceptual disparities and theoretical adaptations according to the heat of historical experiences. These episodes were marked by the experience of colonialism, liberation movements, conflicts between belligerent groups without space for open, divergent and democratic debates, with different historical articulations and pretensions of not partisanizing or indoctrinating the production of knowledge in the name of a pre-established cause.

During the study carried out, it was noted that Angolan social policy has always been far from being homogeneous and reflected the African context which, in addition to the continent's natural riches, also reflects the multiform social manifestation. It is in this context that its emancipation took place thanks to the contribution of the union of several African and extra-African associations.

The present study is structured in two chapters, in the first, a generic and problematic approach to the theme was made, taking into account the literature that supports the issue under study, such as the political-social issue, conceptualization of nationalism, the genesis of African nationalism and its development, as well as the processes of English, French, Belgian and Portuguese colonialism. Clandestine movements in the national liberation struggle were also highlighted.

In the second chapter, the adventures of a more active nationalism, defended by the MPLA, FNLA and UNITA, were described. The genesis of Angolan nationalism dominated the second chapter, which also touched on the movements and associations that were bent on the genesis of national emancipation. This last chapter illustrates the year 1960 as the heyday of the successive defeats of Portuguese colonialism, whose end was reached in 1975 with national independence.

ÍNDICE

DEDICATÓRIA.....	vi
AGRADECIMENTOS.....	vii
SIGLAS UTILIZADAS.....	viii
RESUMO.....	x
ABSTRACT.....	xi
INTRODUÇÃO.....	1
I- Motivação e escolha do tema.....	2
II- Importância teórico/prática do tema.....	2
III- Problema científico.....	3
IV- Pergunta científica.....	3
V- Objecto de investigação.....	3
VI- Objectivos da investigação.....	4
VII- Objectivo geral.....	4
VIII- Objectivos específicos.....	4
IX- Metodologia.....	4
X- Método documental.....	4
XI- Método Histórico.....	5
XII- Método Comparativo.....	5
XIII- Método Etnográfico.....	5
XIV- Técnicas.....	6
XV- Delimitação do tema.....	6
XVI- Definição de conceitos-chave.....	6
CAPÍTULO I: ENQUADRAMENTO DA PROBLEMÁTICA.....	9
1.1- Conceitualização dos Termos Nacionalismo e Político-social.....	10
1.1.1- Nacionalismo e as diferentes formas da sua génese.....	13
1.1.2- A Política-social e as Variedade Culturais.....	15
1.2- Génese do Nacionalismo Africano.....	18
1.3- O colonialismo Inglês, Francês, Belga e Português.....	22
1.3-1. Os Movimentos Clandestinos na Luta de Libertação.....	30
2.1- A génese do Nacionalismo Angolano.....	36
2.2- A Acção dos Movimentos e Associações.....	38
2.2.1- Movimento Estudantil.....	39

2.2.2- Movimento e Associações Desportivas.....	41
2.2.3- Movimentos Sindicais.....	43
2.3- Os movimentos de Libertação Nacional de Angola.....	44
2.3.1- FNLA.....	46
2.3.2- MPLA.....	48
2.3.3- UNITA.....	49
2.4- Independência Nacional de Angola.....	50
CONCLUSÕES.....	53
ANEXOS.....	56
REFERÊNCIAS.....	59

INTRODUÇÃO.

Durante o período de colonização nacional, o governo ultramarino executava políticas que oprimiam o angolano em todas suas vertentes, nos moldes da colonização portuguesa o autóctone era feito um objecto vital que teve o papel apenas de fazer o trabalho dos colonizadores com todas suas forças e vida. Desta forma, a vida política-social ficou opaca porque não houve a consideração de que a cultura também se reflete na vida política-social que é constituída pelo conjunto dos saberes, fazeres, regras, normas, proibições, estratégias, crenças, ideias, valores, mitos, que se transmite de geração em geração, se reproduz em cada indivíduo, controla a existência da sociedade e mantém a complexidade psicológica e social. Para o colonizador português era necessário e imediato a inibição de hábitos e culturas locais.

Dentro de tantas humilhações do colonialismo emergiu os movimentos clandestinos e uma das formas dessas missões clandestinas cingia-se na distribuição de panfletos com conteúdos despertadores da consciência dos angolanos e mais tarde a clandestinidade cedeu lugar aos movimentos de libertação nacional, FNLA, MPLA e a UNITA, liderados pelos nacionalistas Álvaro Holden Roberto, Dr. António Agostinho Neto e Dr. Jonas Malheiro Savimbi, respectivamente, foram na verdade os grandes obreiros e artífices da conquista da Independência Nacional, uma das aspirações mais profundas do povo angolano.

Os três Movimentos de Libertação Nacional não só representavam as três correntes políticas do nacionalismo angolano, mas sim, a base social e étnica dos grandes Reinos da actual Angola, com a árdua luta levada a cabo por estes partidos verificou-se uma emancipação generalizada na vida dos angolanos, e também, o processo de descolonização de Angola foi acompanhado por uma forte atenção, e envolvimento, internacional. Ao analisar-se as várias influências externas que se fizeram sentir ao longo do conflito, importa ter em atenção os estados africanos, cujas independências constituíram como referência fundamental dos nacionalistas angolanos e cujo apoio, quer ao nível político, militar e logístico se revelou crucial para a luta pela independência.

I- Motivação e escolha do tema.

O nacionalismo angolano processou-se num clima de tensões que colocavam em oposição os filhos da terra de Angola e os invasores portugueses, este processo por sua vez custou várias vidas humanas, porque de um lado havia quem não queria dar liberdade sob pena de ver restrições nas explorações de recursos que fazia em Angola e de outro havia os filhos de Angola que lutavam pela liberdade. Estes acontecimentos em 1961 agudizara-se e em 1975 surtiram efeitos positivos na parte dos autoctónes com a independência de Angola, o episódio contribuiu bastante na emancipação política-social de Angola, é por esta razão que surge uma necessidade motivacional que impulsionou a escolha deste tema para fazer uma descrição dos acontecimentos do nacionalismo na emancipação política-social.

Deste modo, o estudo tem como objetivo de contribuir no conhecimento literário desta temática através de uma perspectiva de enriquecer os conteúdos já existentes no mercado interno acadêmico.

II- Importância teórico/prática do tema.

O estudo apresenta uma relevância para a sociedade na medida em que aborda um assunto histórico que diz respeito ao contributo do nacionalismo na emancipação política-social de Angola, sendo a história uma memória comum de determinada sociedade, é nesta essência que se conquistou a República Popular de Angola, sob a orientação justa dos movimentos-partidos que estimularam o processo da emancipação política-social de Angola através do direito conquistado pela participação na luta de libertação nacional e na produção da resistência generalizada do povo. História de Angola relembra-nos não somente os seus heróis e grandes feitos do passado, ou o sincretismo do contacto entre vários mundos, mas também nos revela a crueldade e violência do colonialismo, a destruição política-social pela cultura ocidental e actualmente ainda existem outros males que imperiosamente devem ser evitados para não perigarem a identidade política-social de Angola. O conhecimento destes pormenores são essenciais para uma melhor cidadania, é claramente através

desta razão que vai se descrever os factos mais relevantes da contribuição do nacionalismo angolano na emancipação política-social para ajudar a promoção e realização de uma identidade histórica própria mais sã e mais completa.

III- Problema científico.

O percurso da independência de Angola engloba um vasto leque de conquista seja do ponto de vista política, económica, religioso e cultural. Nesta óptica, a questão problemática insere-se na vertente da contribuição do nacionalismo na emancipação política-social do país, e coloca-se o desafio de como os angolanos alinharam-se na concepção de formar um homem novo através das duas frentes: primeira, era uma tentativa de descolonização, aqui o papel era ostensivo; em segundo lugar, projetava formar uma nova sociedade em termos política-social, por isso adotou a cultura nortenha como padrão do angolano ideal. Aqui o seu papel, nessa segunda frente, era formativo, por meio da educação socialista como cunho ideológico do Estado, servindo como ferramenta que poderia eliminar as diferenças.

Angola como República independente teve muitos contornos, desde da concepção do nacionalismo, formação dos movimentos políticos, inclusive as contradições entre os mesmos. O desenrolamento dos acontecimentos que conduziram Angola à um Estado soberano, tiveram o seu momento mais alto em 1975, quando se proclamou a independência. Mas a independência não trouxe a paz imediata, porque o país esteve envolvida num caos de conflitos de uma guerra civil que terminou apenas em 2002. Contudo, graças a independência registou-se o reavivamento política-social porque no jugo colonial todos angolanos estavam submersos nos ensinamentos ocidentais com uma clara tentativa de eliminação dos hábitos e costumes angolanos.

IV- Pergunta científica.

Quais foram as razões que tiveram na base do nacionalismo angolano?

V- Objecto de investigação.

A contribuição do nacionalismo: uma abordagem sobre a emancipação política-social angolana desde 1950 até 1975.

VI- Objectivos da investigação.

Os objetivos de Investigação determinam saber o que se vai procurar e o que se pretende alcançar. Desta feita, os objetivos de pesquisa de modo geral são requisitos para desenvolver uma pesquisa científica para atingir uma meta (Rocha A. L., 2008).

VII- Objectivo geral.

Descrever o contributo do nacionalismo na emancipação política-social em Angola desde 1950 até 1975.

VIII- Objectivos específicos.

- 1 – Explicar o papel de cada movimento na luta de libertação de Angola;
- 2 – Identificar os factores internos e externos que tiveram na base da descolonização de Angola;
- 3 – Analisar as diferentes políticas em Angola.
- 4 – Despertar a nova geração o sentimento de respeito pelas diferenças políticas.

IX- Metodologia.

Tecnicamente, a metodologia cumpre com os aspectos relacionados aos métodos que conduzem as peripécias da investigação; é portanto, a direção mestra para o alcance dos objetivos predefinidos. Por outras palavras pode-se dizer que a metodologia é o estudo dos métodos, ou seja, é o corpo de regras e procedimentos estabelecidos para realizar uma pesquisa, enquanto que os métodos fazem parte de um conjunto de etapas, que quando executadas de forma sistemática, facilitam a obtenção de conhecimentos sobre fenómenos ou factos sociais para o desenvolvimento de antigos ou novos conhecimentos do processo científico (Jung, 2009).

X- Método documental.

É um estudo baseado em documentos como matéria primordial, seja revisões bibliográficas, seja pesquisas historiográficas, e deles extrai-se toda a análise,

os documentos são organizados e interpretados segundo os objectivos da investigação proposta (Santos A. R., 2000).

Este método será usado neste trabalho para fazer busca do material físico, digital-electrónico e outros documentos afins nas bibliotecas, desde que os seus conteúdos corroboram com o tema em estudo.

XI- Método Histórico.

Tem como pressuposto reconstruir o passado objectivo, distingue as relações sociais de produção das ideias e dos conceitos em parte, porque é em si uma distinção histórica retrospectiva, geralmente relacionando o passado com o presente e vice e versa (Figalo, 2015).

Este método será usado tendo em conta a história da contribuição do nacionalismo na emancipação política-social angolana.

XII- Método Comparativo.

O método comparativo consiste em investigar factos e explicá-los segundo as suas semelhanças e diferenças. Permite a análise de dados concretos e a dedução dos mesmos segundo as suas convergências e divergências de elementos constantes, abstrações gerais, propiciando investigações de carácter indirecto (Leite J. S., 2013).

Este método será usado neste trabalho tendo em conta a história de Angola fazendo comparações de factos ocorridos em épocas diferentes.

XIII- Método Etnográfico.

É um método utilizado pela antropologia cultural na coleta de dados. Baseia-se no contacto inter-subjetivo entre o antropólogo e o seu objecto, seja ele uma aldeia indígena ou qualquer outro grupo social sob o qual o estudo analítico será feito¹.

Este método foi utilizado neste trabalho através de busca parcial de conteúdos que dizem respeito os aspectos culturais dos angolanos no tempo colonial e pós colonial.

¹ <https://pt.wikipedia.org/wiki/Etnografia>

XIV- Técnicas.

Conjunto de procedimentos ou processos de uma ciência, nas diversas etapas do método. Os métodos supracitados serão executados com as seguintes técnicas: observação não participante, revisão bibliográfica, análise contextual, hermenêutica objectiva e análise tipológica.

Observação não participante – é uma técnica que permite ver os eventos a distância e situações que podem ser observados e registrados a distância sem qualquer interferência do pesquisador sobre os fenómenos naturais ou indivíduos pesquisados (Jung, 2009).

Revisão bibliográfica – É aquela que busca o levantamento de livros e revistas de relevante interesse para a pesquisa que será realizada. Seu objetivo é colocar o autor da nova pesquisa diante de informações sobre o assunto de seu interesse (Lara & Molina, 2009).

Análise contextual – é uma técnica apropriada para tratamento de texto de maneira sistemática e baseada em teoria. A mesma permite lidar com grande quantidade de texto (Rodrigues, 2008).

Hermenêutica objectiva – é uma técnica que visa desvendar as estruturas objectivas subjacentes às significações objectivas. Para isto compara-se, sucessivamente, conteúdos significativos possíveis e reais do material (Idem, 2009).

Análise tipológica – é uma técnica que objectiva extrair de um material mais extenso elementos típicos e descreve-los em maiores detalhes (Mattos, 2014).

XV- Delimitação do tema.

O tema em estudo abordará a contribuição do nacionalismo na emancipação política-social angolana entre 1950 até 1975.

XVI- Definição de conceitos-chave.

Contributo - ação ou efeito de participar em um determinado trabalho através da força, ideias ou financeiramente (Leandro, 2005).

Nacionalismo – preferência acentuada por tudo que é próprio da nação a que se pertence, ou política de nacionalização de todas as actividades de um país através de diálogo ou de lutas.

Africano – refere-se aos habitantes de África ou ao território deste continente².

Emancipação - Estado daquele que se livra de toda e qualquer tutela, ou que pode administrar os seus bens livremente ou libertação do poder paternal³.

Política-social – direcção de um Governo e determinação das formas de sua organização através de respeito à sociedade e aos cidadãos que dela fazem parte⁴.

Angola - um país que situa-se na zona austral e central da África.

² Manual de apoio de geografia da 10ª classe

³ <https://dicionario.priberam.org/emancipa%C3%A7%C3%A3o>

⁴ <https://dicionario.priberam.org/cultura>

CAPÍTULO I: ENQUADRAMENTO DA PROBLEMÁTICA.

CAPÍTULO I: ENQUADRAMENTO DA PROBLEMÁTICA.

Correia (2016), depois da II Guerra Mundial, assiste-se à queda por parte dos impérios coloniais, e à redefinição do Sistema Internacional pelas duas potências hegemónicas que iniciariam uma nova ordem global a vários níveis: político, cultural, tecnológico e económico. Estas duas superpotências, que incorporavam ideologias distintas, eram as únicas com capacidade para moldar o Sistema Internacional que então se reconfigurava. Deste modo, os interesses destes Estados, dentro do cenário internacional, eram naturalmente antagónicos, já que ambos procuravam aumentar a sua esfera de influência, ou seja, aumentar o seu poder. Tais características refletiam a aplicação empírica das premissas realistas, enquanto doutrina dominante das Relações Internacionais durante o período da Guerra Fria.

O processo de descolonização levou as conseqüentes lutas contra a opressão portuguesa, mas os movimentos políticos depois de terem assumidos a verdadeira categoria de partidos políticos entravam em divergências, tudo por causa da unanimidade na adopção das ideologias políticas, por esta razão o nacionalismo do país teve apoios da URSS e dos EUA, ambos envolveram-se em alguns conflitos nacionais que lhes permitiam alcançar um acréscimo estratégico posicional ou que permitiam um enriquecimento económico, sobretudo através do acesso a matérias-primas. Deste modo, a partir do início da década de sessenta, aproveitando o crescente sentimento nacionalista no interior de Angola, acabaram por adoptar uma política externa de auxílio a movimentos de libertação que procuravam na esfera internacional o apoio financeiro e militar que necessitavam para desenvolverem as suas acções (Idem, 2016).

O nacionalismo angolano se desenrolou num ambiente conturbado, devido as repressões coloniais. O nacionalismo angolano contribuiu bastante na emancipação política-social dos autóctones porque nesta altura a sociedade estava em construção de identidade e o nacionalismo colaborou para a reflexão sobre quais caminhos a nova Angola deveria tomar após séculos de colonialismo exploratório.

Pode-se dizer que foi desta tradição de resistência á colonização portuguesa, que surgiu o nacionalismo angolano, e através dele, o desenvolvimento de algumas instituições que foram importantes para o seu avanço. Portugal teve a implantação da Republica em 1910, e isso fez surgir as primeiras instituições socioculturais em Angola. A emancipação política-social desencadeada pelo nacionalismo esteve sempre presente no imaginário dos oprimidos, é desta forma que angolanidade manteve-se presente nas produções culturais e artísticas em Angola, nesse modelo de nacionalismo, se encarava uma possibilidade de ascensão e fortalecimento da identidade da nação.

1.1- Conceitualização dos Termos Nacionalismo e Político-social.

Nacionalismo constitui uma componente fundamental das ideologias de partidos de direita, ou seja, o nacionalismo é a exaltação dos valores de seu país de nascimento e de tudo que lhe é particular. Por outra, o nacionalismo é uma doutrina que prioriza o Estado como fundamental e único na gestão política.

O nacionalismo é a tomada de consciência de indivíduos com conhecimento ou não de um espaço, território “nação” cujo desejo é desenvolver forças para alterar o estado inadequado em prol da comunidade. Este argumento se associa que o nacionalismo seja um fenómeno, associado historicamente às lutas de libertação dos povos e coincidentemente esses povos encontravam-se distribuídos em territórios por onde se identificavam pela sua história comum, língua e ancestralidade. Assim, podemos encontrar dois ou mais tipos de Nacionalismo, o europeu e o africano. O europeu difere-se do africano pelo facto de o primeiro ser construído pela burguesia com objectivo de salvaguardar os seus interesses, enquanto, o africano assenta-se pelo facto de autodeterminação, liberdade e independência. Porém qualquer um deles é cimento ideológico para a formação das nações independente e transformação de sujeitos.

Ao tratar do conceito da política social cabe salientar que ela tem-se apresentado como uma política fundamental para o bem-estar dos cidadãos, além de se constituir em objecto de reivindicação dos mais diferentes movimentos sociais e sindicais. Debater a política social como política no âmbito da sociedade capitalista é buscar e resgatar seu carácter de classe social ou seja, uma política

que responde, principalmente, aos interesses das classes políticas e económicas dominantes⁵.

A cultura político-social é uma propriedade só do homem, pelo homem e para o homem, porque é ela que faz dele um ser especificamente humano, racional, estético, crítico e eticamente empenhado, é ela que faz dele um ser político-social tal como Platão considerava o homem como um ser natural constituído de uma essência imutável que lhe foi dada pela natureza, da qual ele deriva não só as leis biológicas e também os ditames morais (Imbamba, 2010).

A emancipação política-social desde a chegada dos primeiros portugueses a Angola, em 1482, esteve ligada amplamente ao nacionalismo, desta feita, há-de salientar que Matrosse (2008), trouxe uma reflexão de relevo sobre os problemas que os angolanos enfrentavam na emancipação político-social contra o regime português. O mesmo aflorou que o Bilhete de Identidade português na época colonial não era mais do que um documento como qualquer outro de identificação pessoal de um determinado cidadão, mas do ponto de vista do conceito do colono não era nada cidadão angolano, porque lhe era atribuído de forma compulsiva uma cidadania estrangeira.

Capoco (2013), o reforço do domínio português em Angola despertou, por sua vez, atenção dos jovens esclarecidos pelas ideias de liberdade, direitos e garantias que recebiam das influências revolucionárias que se passavam em diversas partes do mundo colonizado. Neste ambiente, foram importantes as influências da emancipação dos povos asiáticos, árabes e africanos. Por sua vez os precursores do nacionalismo angolano perante o problema colonial português evidenciaram vários factores contribuíram para este despertar das ideias da consciência da angolanidade, bem como para a formação dos primeiros movimentos de luta contra o domínio externo.

O aparecimento das elites intelectuais, a emigração de angolanos para os países vizinhos e a informação e comunicação com as massas populares foi o primeiro factor importante que contribuiu para esse despertar, com os mesmos apareceu elites de intelectuais angolanos, tanto no interior de Angola como na diáspora, que tomaram consciência da impossibilidade de atingir a dignidade do homem

⁵ http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v3n1_politica.htm

no seu próprio país, adquirindo assim uma consciência nacional, em Luanda, Lisboa e em Leopoldville, a partir das décadas de 40 e 50 (Ibidem, 2013).

Wheeler & Péliissier (2011), rebuscaram o historial das estratégias portuguesas quando chegaram ao reino do Kongo, segundo os autores, Nzinga Mvemba foi um filho bastardo do reino, este, recebeu uma educação portuguesa, e depois foi eleito por um grupo de nobres depois de uma guerra civil que abalou o estado. O filho bastardo tornou-se cristão, uma religião trazida pelos portugueses na tentativa de aculturar as pessoas do reino do Kongo, mais tarde Mvemba foi baptizado pelo nome de rei Afonso I, foi porventura o mais importante rei da história do Kongo, mas permaneceu como um rei independente que se opunha ao bem-estar do seu próprio povo devido as acções de ter sido um assimilado ou africano aculturado aos valores e costumes portugueses. Este foi um dos exemplos da resistência dos autóctones diante das imposições coloniais que sempre mostraram tendências de aniquilar a política-social angolana, por isso, o nacionalismo foi uma arma inevitável para alcançar a emancipação política-social.

Face a luta nacionalista que ajudou largamente a emancipação política-social em Angola, Numa (2015), destacou o historial do protonacionalismo bacongo como de grande aliança, e descreu as alianças feitas dentro da nação bakongo, dizendo que as mesmas geraram a UPNA, a UPA e o PDA que por conseguinte deram a 27 de Março de 1962 a fundação da FNLA, que se tornava num partido político que se curvou pelo nacionalismo angolano.

Bahu (2013), citando Nogueira, (1967), focalizou a questão da “civilização” da população nativa, segundo o autor este quesito foi um processo de miscigenação que serviu de argumento para se reclamar a ausência de discriminação racial nos territórios sob a jurisdição de Portugal e os mesmos portugueses, diziam que “fomos nós e só nós que trouxemos a África antes de ninguém a noção de direitos humanos e igualdade racial e somos nós só nós que praticamos o multirracismo, havido por todos como expressão mais perfeita e mais ousada da fraternidade humana e progresso sociológico”. O texto representa um grande eurocentrismo cultural, e foi nestes moldes de superioridade europeia que a maior parte dos angolanos foram aculturados, mas os poucos resistiram e lutaram para conquistar a liberdade político-social através do nacionalismo.

Durante a luta do nacionalismo Angolano a filosofia da UNITA segundo Savimbi (2017), nunca sofreu tergiversações, ela sempre se assentou no reconhecimento de que a nacionalidade não partia da cor da pele, da origem, dos meios financeiros ou da terra de nascença, mas sim de uma vocação de cooperação entre todos os grupos sociais angolanos. Este foi o posicionamento deste partido que tanto lutou pelo nacionalismo angolano, e a sua filosofia carregava uma mensagem de respeito mútuo pela diferença cultural, intrinsecamente a UNITA empregou uma luta que proibia a submissão de uma cultura pela outra.

1.1.1- Nacionalismo e as diferentes formas da sua génese.

As elites angolanas procuraram assimilar aquelas ideias. Importa salientar que o angolano tinha consciência de uma identidade cultural própria, que o caracterizava como angolano-africano, fundamentada no seu ser negro-africano, embora não tivesse desenvolvido a ideia sólida de uma identidade nacional de pertença exclusiva a uma parcela territorial de Angola. Deste modo, as elites angolanas e africanas em geral, tanto os activistas da Negritude como os do Pan-africanismo prendiam-se, inicialmente, na ideia da “cultura africana” gérmen da história dos antepassados.

Nos meados do século XX o movimento nacionalista em África tornou-se uma realidade. Factores internos e externos tornavam o percurso para a independência da África algo irreversível. As potências coloniais enfrentavam, pois, essa dura realidade. Como enfrentar este movimento, sobretudo, salvaguardando os seus interesses no continente. A resposta a esta questão nunca foi uniforme.

Nos países lusófonos, a dominação portuguesa foi o grande aspecto em comum, mas mesmo assim houve muitas singularidades tendo em conta as especificidades de cada país ou região. Ferreira (2012), salientou que o processo conducente à génese do nacionalismo foi um acontecimento histórico que diz respeito aos diferentes países africanos de língua portuguesa, e teve como ponto de partida a clandestinidade. A clandestinidade antecedeu de imediato o início da luta armada que conduziu a independência, pelo menos no caso de Angola, e maior parte dos casos a clandestinidade é referida num período entre as décadas de 1950 e 1960 porque neste período, as referências evidenciam a

prisão dos nacionalistas do chamado “Processo 50”, que marcou activamente as actividades políticas em prol da independência.

No contexto genérico, as colónias portuguesas foram muito influenciadas pelas ideias de eminentes negros americanos tal como: George Padmore, Marcus Harvey, William DuBois e tantos como os outros. Estes eminentes emplementaram uma luta ideológica que se expandiu em todos territórios africanos na medida em que as suas ideias passaram do “sionismo negro” para um pan-africanismo político mais africano (Rocha E. , 2009).

Amorim (2010), durante a fase da luta pela independência, a ideologia africana dominante resumir-se-ia a algumas ideias-força que colheriam unanimidade, como “independência”, “unidade africana”, porque instrumento da unidade nacional e legitimação do anti-tribalismo, o “neutralismo positivo” e o “socialismo”. Contudo, o único objectivo atingido foi a independência, que na maioria dos casos permaneceu “nominal”. Aureolados pela vitória contra o colonizador, os líderes independentistas dispunham de uma forte legitimidade carismática para a reapropriação da herança colonial e a descolonização do Estado.

O despertar independentista de forma generalizada só foi depois do segundo conflito mundial, e mormente no seio da África anglófona, é que aparecerão os primeiros movimentos de reivindicação política séria. Na Costa do Ouro, os motins de 28 de Fevereiro de 1948 e a prisão de Kwame Nkrumah levam à fundação do *Convention People's Party* (CPP), e à reivindicação da autonomia alcançada na sequência do desencadeamento de um conjunto de manifestações não-violentas que Nkrumah designou de “Acção positiva” e que conduziu à sua vitória nas eleições gerais de 1951 e à independência total do Gana em 1957. Na Nigéria, a diversidade étnica, linguística e religiosa, com 9 grupos étnicos, 248 dialectos e 3 religiões (muçulmanos ao Norte, cristãos e animistas no Centro e no Sul) foi aglutinada em torno do partido regionalista *National Council of Nigeria and Cameroons* de Nnamdi Azikiwe, do *Action Group* (AG), do advogado Abofemi Awolowo e do *Northern People's Congress* de Aminu Kanu, acabando por conduzir ao estabelecimento do federalismo na Nigéria e à independência em 1960 (Ibidem, 2010).

O processo de independência na África do norte começou com o golpe de Estado, no Egito, que apoiou o rei Faruk e levou ao poder o militante anti colonial e pan-arabista Gamal Abd el-Nasser em 1954. Em 1956 foi a vez de Tunísia e Marrocos, enquanto a Argélia alcançou a sua independência em 1961. A independência destes países levou a que os países da África sub-saariana seguissem o exemplo acreditando na possibilidade de obter êxito igual.

Nos territórios franceses a descolonização ocorreu nos quadros da comunidade francesa e de uma solução neocolonial. A maioria dos territórios franceses na África Ocidental caminhou neste processo, à excepção da Guiné Conakri que não aderiu à comunidade. No período imediato a Segunda Guerra Mundial, a França vivia sob o abalo do movimento nacionalista nas suas colónias. Por um lado registavam-se insurreições na Argélia e na Indochina e por outro lado Marrocos e a Tunísia ascendiam à independência, em 1956, como resultado de movimentos independentistas aos quais foi obrigada a ceder. Foram essas variedades que marcaram os princípios do nacionalismo nos variados territórios que estavam sob domínio colonial em África.

1.1.2- A Política-social e as Variedade Culturais.

Para Zambello (2016), a política-social é uma temática virada nas políticas de proteção social e políticas orientadas à promoção social. A proteção está orientada a resguardar os indivíduos do mal-estar trazido pela sociedade de mercado como desemprego, velhice, morte do provedor e outros. Na dimensão social a política-social é promotora do crescimento económico, dando *status* de investimento. Assim, a promoção social estaria vinculada à uma dimensão de desenvolvimento, pois além de garantir o bem-estar, proporciona desenvolvimento económico e a educação e saúde são alguns exemplos importantes da sua actuação.

As dimensões das políticas sociais são importantes. No entanto, os estudos sobre políticas sociais são abrangentes. Hoje há diversas abordagens possíveis para se fazer o estudo de uma política social. Desde abordagens histórico-descritivas, passando pelos estudos de impactos e modelos económicos até aos estudos mais clássicos de políticas públicas, que vão desde a abordagem de como um problema público se torna público, passando pelos mecanismos de sua

institucionalização até o levantamento e mensuração dos seus efeitos no conjunto da sociedade (Zambello, 2016).

A Cultura é o complexo de tudo que o homem exprime em confrontação com a vida, tudo o que constitui a consciência dele próprio e que o identifica em relação aos outros, quer no seu espaço vital como a nível universal. Ela constitui ainda tudo o que o homem, individual ou colectivo, assimilou, interpretou ou traduziu material ou intelectualmente para criar, assegurar, enriquecer e comunicar aos outros as suas relações com o mundo físico e metafísico (Imbamba, 2010).

A grande variedade das culturas que se regista pelo mundo é devido antes de tudo aos inumeráveis acontecimentos vividos por cada sociedade. A unidade cultural provém do facto de que os diversos factores culturais determinantes estão interligados e interferem-se ao longo das gerações.

Sobre as variedades culturais vale salientar que em Angola nunca houve homogeneidade cultural desde os tempos mais antigos da existência destas sociedades, as transformações sociais e variações culturais se deram sempre dentro do próprio território nacional, e a situação de respeito da variedade cultural teve recuos em função da sobreposição forçada de uma estrutura de Estado ocidental às sociedades nativas, com todas as consequências que tal violência acarreta guerra colonial, guerra civil, unificação linguística em língua estrangeira, migrações e demarcação territorial artificial.

As identidades culturais são percebidas através de uma construção dentro dos próprios contextos sociais em que se inserem; as variedades culturais manifestam-se na relação entre os grupos sociais. Desta forma, o que define a identidade não são as diferenças que o observador externo percebe, mas aquelas que são utilizadas pelos grupos para fazer sua distinção dos outros. Ela estaria em constante movimento, sempre se reconstruindo.

Para Santos (2009), as culturas e sociedades humanas se relacionam de modo desigual. As relações internacionais registram desigualdades de poder em todos os sentidos, os quais hierarquizam de fato os povos e nações. Este é um fato evidente da história contemporânea e não há como refletir sobre cultura ignorando essas desigualdades. É necessário reconhecê-las e buscar sua superação.

O multiculturalismo ou pluralismo cultural reconhece, identifica e valoriza o mosaico cultural que se compõe de muitas e diferentes culturas, seja numa localidade pequena, numa cidade ou até mesmo em um país, sem que haja, necessariamente, o predomínio de uma dessas culturas sobre as demais. Uma visão multiculturalista leva a reconhecer e a valorizar as diferentes línguas, tradições, credos religiosos e tantas outras formas de manifestação cultural de cada povo num conjunto maior, transformando-se assim num pré-requisito para a integração e aproximação entre seres humanos que habitam os diferentes países do mundo (Martinazzo, 2010).

Para Lima (2012), um dos exemplos que sustentam o multiculturalismo é sobre a presença das línguas europeias na África: as línguas europeias se tornaram parte das culturas africanas e que continuarão a florescer enquanto línguas de literatura mesmo se entretanto apareçam muitas outras literaturas em línguas africanas. Tal como aconteceu na América Latina, Índia e outros países, as línguas europeias serão apropriadas pelas culturas locais e remodeladas a fim de servirem a necessidades culturais e linguísticas locais. Assim, é de se esperar que um século e meio pós-independência a língua europeia seja tão importante na literatura africana como é atualmente na literatura latino-americana.

A cultura de cada civilização é determinante no processo de construção dos traços fundamentais que marcam a humanidade. É no interior de um contexto sociocultural que constitui a nossa identidade cultural. A identidade cultural é constituída por aqueles aspectos de nossas identidades que surgem de nosso pertencimento, tal como: as culturas étnicas, raciais, linguísticas, religiosas e, acima de tudo, nacionais. É graças a esse processo que a civilização humana atual se compõe de múltiplas identidades culturais construindo assim a variedade cultural.

Quanto as variedades culturais podemos aqui descrever a questão de inserção do cristianismo como uma grande variedade que tem influenciado o mundo em proporções alarmantes como por exemplo: das macros culturas que temos hoje formadas, existem duas que saltam aos nossos olhos, a Cultura Ocidental e a Oriental. Fixemos nossa análise na cultura do Ocidente. Não há dúvidas que o Ocidente surge da confluência das culturas greco-romana e judaico-cristã. A religião cristã se faz presente de maneira forte e marcante. Desde o calendário chamado "calendário cristão", até os pensamentos que norteiam todo ser

humano que se formou e foi formado nos pensamentos e costumes ocidentais. O cristianismo, que no século IV se tornou religião lícita, é, sem dúvida, aquela que responde pela maior estrutura de pensamentos que nortearam a maior parte do planeta. É claro que as controvérsias se fizeram impor, contudo, auxiliando a fixação de um ideário religioso que se mostra, nesses dois mil anos de história, o maior de todos. As discussões teológico-filosóficas dos "Pais da Igreja" praticamente foram o alicerce de toda ética que faz o Ocidente se contrastar com o outro lado do planeta, o Oriente. Nomes como o de Santo Agostinho, bispo de Hipona e hoje essas são referências incontestáveis na formação do homem⁶.

1.2- Gênese do Nacionalismo Africano.

A gênese do nacionalismo africano mais moderno emergiu por volta de 1940 tendo atingido o melhor embrionário em 1950, porém vale ressaltar que a própria gênese do nacionalismo africano como tal vem desde as guerras de resistências cujas representações mais destacadas foram os casos de: Mandume, Ngungunhana e outros...mas sabe-se que o Menelike II da Etiópia faz parte de uma figura incontornável das lutas de resistências em África, principalmente quando foi coroado imperador da Etiópia a 3 de Novembro de 1889, exerceu uma luta enorme contra a dominação italiana. Neste leque adiciona-se o rei Mandume ya Ndemufayo foi o último dos reis Kuanyama, nascido provavelmente no ano de 1884 e morreu a 6 de Fevereiro de 1917. Ndemufayo cresceu durante um período de significativa agitação no reino Kwanyama, devido à presença de comerciantes europeus e missionários. Ele exerceu uma luta enorme contra a dominação portuguesa em Angola e acabou por dar lugar as outras lutas mais modernas que levaram a independência do país⁷.

Ngungunhana, foi o último rei de Gaza e resistiu à ocupação colonial de Portugal. Um século depois da sua morte, Ngungunhana tornou-se um símbolo da resistência moçambicana. Ngungunhana tomou o poder alguns meses antes da Conferência de Berlim (1884-85), onde as nações europeias dividiram literalmente África entre si, marcando o clímax do apetite europeu por este

⁶ <http://portal.metodista.br/gestaodecidades/publicacoes/boletim/09/cultura-uma-producao-e-um-direito-humano>

⁷ <https://mandumekwanhama.wordpress.com/historia-de-mandume-o-rei-dos-kwanhamas/>

continente. Face ao crescente interesse da Grã-Bretanha e da Alemanha pelos territórios moçambicanos, Portugal sentiu uma pressão crescente para impor definitivamente o seu poder e suprimir o Império de Giza. Percebendo as rivalidades entre os países europeus, Ngungunhana tirou vantagem e durante anos jogou diplomaticamente com diferentes potências, nomeadamente a Grã-Bretanha e Portugal⁸.

A descrição das personalidades acima referenciadas mostram o preâmbulo das lutas de resistências que mais tarde evoluíram para as lutas armadas desencadeadas principalmente antes da Segunda Guerra Mundial e agudizadas depois da mesma guerra.

Os grandes primeiros eventos internacionais que influenciaram a génese do nacionalismo africano ocorreram na altura, em que foram conduzidos as tentativas de autonomia ou libertação dos países sujeitos a um *status* colonial, inclui-se a Conferência de Nagasaki no Japão, em 1926. O outro aspecto importante que se segue foi a reunião que foi celebrado em Bruxelas, Bélgica, em 1927. A mesma foi denominada Primeiro Congresso dos Povos Oprimidos, na qual participava representantes de 136 organizações de países da Ásia e América Latina, incluindo também delegados políticos e intelectuais de nações europeias⁹.

Uma outra realização importante que se configura na corrente da génese do nacionalismo africano foi a solicitação do *pandita Nehru*, em 1947. Ela realizou-se em Nova Deli, Índia, uma Conferência de 28 países afro-asiáticos, doze dos quais haviam participado na reunião da fundação das Nações Unidas. Nesta seguiu a de Bandung em 1955 com patrocínio da Indonésia, Índia, Birmânia, Ceilão e Paquistão.

Durante a segunda guerra mundial centenas de milhares de africanos participaram ao lado dos europeus, em operações militares em África e na Europa. Nesse contacto os africanos "descobriram" que o homem branco não era tão forte como se pensava. Os brancos trabalhavam com as suas mãos, suavam, sofriam com a fome e com a sede, tremiam de medo, matavam de raiva,

⁸ <https://www.dw.com/pt-002/ngungunhane-o-rei-mo%C3%A7ambicano-que-lutou-contra-a-ocupa%C3%A7%C3%A3o-portuguesa/a-44177023>

⁹ Guia do Terceiro Mundo.

enfim ... comportavam-se como qualquer mortal. Para os negros envolvidos na guerra o mito da superioridade branca alimentada pelo colonialismo ficava desfeito e confirmava-se a célebre frase pronunciada por Livingstone no século XIX "os negros não são melhores nem piores do que os homens das outras regiões do globo". Tendo ganho esta consciência, os soldados africanos, que sobreviveram, alguns dos quais mutilados, tornam-se dinamizadores do movimento nacionalista em África.

O patriotismo motivou em certos contextos o nacionalismo africano. O patriotismo é uma virtude moral anexa da justiça. Como todas as virtudes morais, tem a universalidade que não conhece fronteiras, mas deve exercer-se concretamente no desejo e na promoção do bem comum de uma determinada comunidade humana definida por fronteiras culturais, geográficas, linguísticas e históricas. O patriotismo é uma forma de reverência que tem apoio na tradição. É um sentimento raro de respeito pelos antepassados. É um modo peculiar, racional e afetivo de ver no chão de uma terra o sinal dos pés dos seus ancestrais (Corção, 2018).

O nacionalismo consiste em acrescentar barreiras morais onde já existem barreiras culturais, históricas e geográficas, o nacionalista tem outro tipo de idealismo, onde a ideia domina a realidade.

O nacionalismo no contexto africano foi o horizonte principal que influenciou a mudança social através do conflito entre dominador estrangeiro e dominado autóctone. Antes das Guerras Mundiais a África era constituída de constelações, impérios e reinos, mas esta morfologia da política africana veio mudar radicalmente com a presença dos europeus.

Depois de vários episódios que marcaram a génese do nacionalismo africano, agora surge um nacionalismo mais activo levado a cabo pelos líderes africanos dedicados na desalienação do continente. Eis aqui alguns acontecimentos importantes que levaram uma África independente: a dedicação de Azikiwe da Nigéria; Jomo Kenyata, membro da associação cultural quicuiu do Quénia; Nkrumah do Gana e outros...contribuíram na emancipação cultural africana. Enquanto isso, apesar da primazia cronológica, na África Negra francófona os constrangimentos conjugados da administração directa e da política de

assimilação impossibilitaram qualquer vislumbre de uma significativa vida cultural autónoma¹⁰.

Amorim (2010), com o fim da Segunda Guerra Mundial apareceram na Costa do Ouro, os motins de 28 de Fevereiro de 1948 e a prisão de Kwame Nkrumah, cujos acontecimentos levaram à fundação em 1949 do *Convention People's Party* e à reivindicação da autonomia (*self-government*), alcançada por aquele líder na sequência do desencadeamento de um conjunto de manifestações não-violentas, greves gerais, campanhas de imprensa, marchas e boicotes que Nkrumah designou de “Acção positiva” e que conduziu à sua vitória nas eleições gerais de 1951 e à independência total do Gana em 1957.

A independência do Gana veio influenciar os outros países de África de forma decisiva a tomarem o mesmo rumo, três anos depois, o ano de 1960 foi considerado o ano de África porque é exactamente neste ano que se registou um número expressivo de países que conquistaram independência do colonialismo francês e inglês, especialmente por meio de oposições pacíficas. Costa do Marfim, Benin, Burkina Faso, Níger, Mali, Somália, Nigéria, Mauritânia e Gabão alcançaram independências devido os acontecimentos anteriormente destacados¹¹.

O Nacionalismo africano imerge com o Pan-africanismo apesar de apresentar uma pluralidade de manifestações sócio-culturais singulares por ter-se orientado numa ideia mais global, mas não deixou de revestir de uma certa unicidade, no que toca à sua visão e pensamento libertador do jugo colonial. Porém neste processo nem todos trilharam o mesmo pensamento, alguns eram africanos aliados dos colonizadores enquanto outros lutavam contra os colonizadores.

O Pan-Africanismo constituiu-se inicialmente como simples manifestação de solidariedade fraterna entre todos os africanos, entendidos de modo lato como os africanos e as gentes de ascendência africana naturais das Antilhas britânicas e dos EUA excluindo os europeus nascidos em África e que, a prazo, a partir da década de 50, transformaram o Pan-africanismo num instrumento para a

¹⁰ JANUS 2010 anuário de relações exteriores.

¹¹ <https://www.infoescola.com>

tentativa de edificação, sob a égide de Kwame Nkrumah, na ideia de formar os “Estados Unidos da África” (Amorim, 2010).

1.3- O colonialismo Inglês, Francês, Belga e Português.

Nos anos 60 o sistema colonial encontrava-se em recuo e nos finais dos anos 70, tinha desaparecido, prevalecendo como seu principal emblema as guarnições fortificadas de brancos instalados na África do Sul, que tinham como dependência própria o Sudoeste africano.

O colonialismo inglês foi um processo amplo de denominação e subjugação que ocorreu especialmente na África e Ásia a primeira onda de colonização aconteceu pela influência do advento das grandes navegações lideradas na altura por Portugal e Espanha, este contexto equivale também ao colonialismo francês, Belga e do próprio Portugal.

A colonização inglesa durante os tempos de exploração executou uma política diferente de Portugal porque os ingleses investiram suas riquezas acumuladas através do mercantilismo em passos iniciais da industrialização, logo, o país adquiriu uma organização econômica diferente das outras potências e fez florir o capitalismo.

A colonização inglesa ocorreu no final do século XVIII e meados do século XIX, com enorme poder naval e econômico, assumindo a liderança da colonização africana. Combateram a escravatura, direcionando o comércio africano para a exportação de ouro, marfim, tapetes e animais. Os britânicos estabeleceram novas colônias na costa e passaram a implantar um sistema administrativo fortemente centralizado na mão de colonos brancos ou representantes da coroa inglesa. O colonialismo inglês mais tarde evoluiu ao que veio ser chamado de imperialismo inglês, nesta fase imperial a Inglaterra se tornou num país líder da nova onda colonial¹².

Os ingleses começam a ficar contra a escravidão por interesses financeiros, pois a grande quantidade de produtos produzidos nas fábricas durante a Primeira

¹² Governo de Estado de Pernambuco (*O processo histórico de colonização e descolonização da África*).

Revolução Industrial (que ocorreu na Inglaterra) precisava de consumidores assalariados, ou seja, pessoas que pudessem pagar por estes produtos. Logo, o interesse da Inglaterra era de que a grande quantidade de mão de obra escrava se tornasse livre e assalariada¹³.

A colonização inglesa nos territórios africanos aplicava os modelos da Administração indirecta, esta regra indirecta era a forma de sistema administrativo aplicado pelos colonos, especialmente os britânicos, onde os africanos eram governados indirectamente através do apoio de governantes locais¹⁴.

A Inglaterra desenvolveu regimes coloniais mais descentralizados que procuraram governar conjuntamente com os chefes tradicionais das populações nativas, além de desenvolverem condições para a criação de quadros gestores locais para a administração, o regime administrativo britânico pautava-se pela política do *self-government* (governo próprio), com ênfase à autonomia administrativa das *companyrule* (companhias majestáticas). Nas colónias britânicas, ao contrário das colónias portuguesas, por exemplo, não se reconhecia o direito à nacionalidade das populações colonizadas¹⁵.

Os ingleses ficaram conhecidos pela administração indirecta, e os franceses pela administração directa, embora, na prática, ambos praticassem as duas formas de administração, dependendo do lugar ou do momento. Da experiência colonial nas Índias, os ingleses trouxeram o princípio da administração indirecta, que estabelecia a dominação colonial em colaboração com os dirigentes e as classes dominantes do país a colonizar. Ou seja, manteriam a estrutura de poder existente no país, inclusive os próprios mandantes, quando possível, desde que estes aplicassem as diretrizes gerais e estratégicas da Inglaterra, e sobretudo pagassem as taxas e os impostos (Bellucci & Lamy, 2017, pp. 14, 15).

A colonização francesa na África se concretizou de facto nos fins do século XIX, e no século XX, porém, em 1664 os franceses chegam no Senegal e exploram a região. Desde 1830 a França já exercia grande influência na Argélia, e também na Tunísia desde 1881. Depois da Conferência de Berlim (1894-1895) os

¹³ Governo de Estado de Pernambuco (*O processo histórico de colonização e descolonização da África*).

¹⁴ <https://sopra-educacao.com/2021/02/18/formas-de-administracao-colonial-em-africa-e-mocambique/>

¹⁵ <https://historiaecultura.ciar.ufg.br/modulo2/capitulo7/conteudo/7-1.html>

franceses que criaram o seu Ministério das Colônias em 1894, dividiram os seus territórios em três partes: África Ocidental Francesa, África Equatorial Francesa e Ilhas Francesas.

Sobre a colonização francesa em África certos historiadores afirmam que a investida francesa nos territórios africanos se deu por conta da derrota pela Prússia em 1807, tais conquistas seriam uma maneira de compensar psicologicamente sua soberania sobre as potências europeias assim como a compensação dos territórios perdidos de Alsácia e Lorena (Cunha, 2020).

A nível social, o impacto do colonialismo sobre o continente foi limitado, a língua francesa permaneceu praticamente em todas as regiões aonde se tinha o domínio francês, a civilização introduzida pelo domínio francês é em essência um fenómeno urbano, não abrangendo as zonas rurais. O colonialismo por um lado foi de extrema importância do ponto de vista económico, político e social para o continente Africano, para alguns é preciso estudar sobre ele, enxergando com mais clareza seu impacto no intuito de observar os erros, insucessos e corrigi-los (Idem, 2020).

Na virada do século XX, a França concedeu 700 mil, de um total de 900 mil km², do território formado hoje pelo Gabão, Congo e a República Centro Africana (Ubangui-Chari). Quarenta concessões foram adjudicadas a sociedades capitalistas francesas, sem carta de soberania. Duas delas tinham mais de 100 mil km²: a Sociedade do Alto-Ogouê e a Companhia dos Sultanatos do Alto-Ubangui. As convenções assinadas estabeleciam direitos e deveres das sociedades e do Estado e “garantiam direitos” aos “indígenas” (Bellucci & Lamy, 2017).

As sociedades recebiam por trinta anos o monopólio da exploração dos produtos da terra, excluído o subsolo. Em contrapartida, deveriam pagar ao governo colonial uma quantia anual fixa, mais um percentual sobre os lucros. Na expiração do prazo de concessão, a companhia tornava-se proprietária das terras que efetivamente tivesse colocado em produção. Aos africanos ficavam destinadas as terras das suas aldeias, o usufruto das florestas, os pastos e as terras reservadas ao cultivo, sem que houvesse a menor garantia, uma vez que

eram espaços desconhecidos dos europeus. As sociedades concessionárias não realizaram nenhum investimento financeiro importante. Os raros casos de sucesso foram de colonos individuais que, com capital limitado, desenvolveram redes comerciais, seguindo a mesma estratégia dos comerciantes europeus de antes da ocupação colonial. Em 1929, quando expiraram as concessões trintenárias, existiam seis companhias das quarenta iniciais, das quais somente uma apresentava balanço positivo (Idem, 2017).

O colonialismo francês interferia profundamente nas bases estruturais dos autóctones africanos, apresentando-se como um sistema de Administração e dominação directa, a França teve uma política de assimilação cultural e os territórios submetidos era vistos como parte da França. Esta política, implicava sobretudo, na imposição da cultura francesa nos territórios conquistados de forma essa fosse tomada com o sentimento de pertença pelos nativos, tanto que as investidas coloniais foram nítidas para que isso fosse efetivado, implementações de escolas, religiosidade, e até mesmo as mortificações na estrutura demográficas das comunidades conquistadas (Cunha, 2020).

A colonização Francesa em África processou-se através de uma política de colonização implantada no sentido desenvolvimentista, buscando construir instituições burocráticas que passavam para os colonizados os valores dos colonizadores. Era comum que as escolas dessas colónias estudassem não só a língua francesa, bem como a sua história nacional e tinham que reverenciar seus símbolos nacionais. Cabe lembrar que o continente é repleto de etnias, e estas compõem culturas, línguas e saberes específicos que foram subjugados pelos europeus. Em todos os territórios franceses, a condição colonial submetia as populações ao trabalho forçado, ao fornecimento de soldados para o exército, ao pagamento de diversos impostos, entre outras práticas autoritárias e etnocêntricas. Até meados de 1930 eram comuns as feiras e exposições coloniais ou de cunho científico, que apresentavam famílias e produtos locais como se fossem “zoológicos humanos”, mostrando de que forma tratavam os habitantes de suas colónias¹⁶.

¹⁶ <https://www.infoescola.com/historia/colonizacao-francesa-na-africa/>

Os vários movimentos intelectuais nas colônias no início do século XX passaram a questionar a sua condição colonial e lutar pela independência. O processo de Descolonização das colônias francesas só vai se efetivar após a Segunda Guerra Mundial, tendo em vista que muitas colônias enviaram soldados para combater no *front* francês em várias batalhas. Em 1954 a Argélia começa uma guerra pela sua independência que durou até 1962, quando os franceses assinam o acordo de Évian reconhecendo a República Popular da Argélia¹⁷.

Sobre a colonização belga em África há-de salientar que no século XIX, a ação imperialista belga se estabeleceu na região do Congo, na parte central do continente africano. Em 1885, o domínio belga nessa região foi confirmado na chamada Conferência de Berlim, quando o rei Leopoldo II transformou o extenso território em sua propriedade pessoal. No ano de 1908, o território congolês voltou a ser controlado pelo governo, recebendo o nome de Congo Belga. Até a década de 1940, o território colonizado experimentou uma fase de relativa prosperidade econômica¹⁸.

A opção nacionalista belga para a ocupação colonial do Congo não encorajou a imigração de europeus para a África. Ela era oposta à presença de belgas “brancos pobres” no Congo. Apenas tolerou a instalação na colônia de um colonato branco não belga. Nas vésperas da Segunda Guerra Mundial, os belgas somavam somente 30% dos colonos e eram dedicados essencialmente a atividades agrícolas. As altas funções gerenciais das grandes empresas multinacionais no Congo eram exercidas por ex-altos funcionários coloniais belgas, após 15 anos no serviço público no próprio Congo. Grande parte desse pessoal não fixava raízes no Congo e voltava para a Europa após terminar seus contratos de trabalho (Bellucci & Lamy, 2017).

A criação do Estado Livre do Congo (*Congo Free State*), considerado domínio particular do rei da Bélgica, Leopoldo II, esteve diretamente relacionada à política de imperialismo colonial, desenvolvida no final do século XIX, principalmente

¹⁷ <https://www.infoescola.com/historia/colonizacao-francesa-na-africa/>

¹⁸ <https://mundoeducacao.uol.com.br/historiageral/a-independencia-congo-belga.htm>

pelas potências europeias. Essa política imperialista foi direcionada preponderantemente à África, à Ásia e às ilhas do Pacífico, ainda que tenha também afetado, em termos preponderantemente económicos. O imperialismo implicava o domínio, directo ou indirecto, de diversos territórios, habitados por populações supostamente inferiores, em várias partes do mundo. Subjacente às conquistas territoriais, existia a crença, por vezes fundamentada em argumentos pretensamente científicos, da superioridade do homem branco e do dever civilizar os povos atrasados do mundo fardo do homem branco¹⁹.

Após a primeira guerra mundial e sob mandato da Sociedade das Nações, a Bélgica passaria a administrar o Território do Ruanda-Urundi, submetendo o seu destino ao da colónia do Congo pela instituição de um sistema de unificação económica e administrativa.

Segundo Leite (2005) a posição das autoridades belgas face à gestão dos acontecimentos a leste do Congo e nos territórios sob mandato, não era simples nem fácil. Por um lado, eram chamadas a responder às expectativas criadas em diferentes grupos de interesse metropolitanos, fossem eles capitalistas, empresários, colonos ou missionários, relativamente às vantagens do projecto colonial, o que implicava o estabelecimento das condições necessárias à sua instalação e ao desenvolvimento das respectivas actividades. Por outro, eram confrontadas com a gestão de um espaço amplo, complexo, de fronteiras indefinidas, onde os povos africanos há já quase um século se haviam habituado a cruzar outros homens, portadores de diferentes crenças, culturas e formas de comerciar. Finalmente, os belgas não podiam negligenciar os seus concorrentes britânicos na aventura colonial, motivados por ambições múltiplas e nem sempre ciosos do cumprimento das regras acordadas nas instâncias internacionais.

A colonização portuguesa na África foi o resultado dos descobrimentos. A primeira ocupação violenta dos portugueses na África foi a conquista de Ceuta em 1415. Em 1444, Dinis Dias toma posse de Cabo Verde e segue-se a ocupação das ilhas ainda no século XV, povoamento este que se prolongou até ao século XIX. No virar do século XV, Bartolomeu Dias dobrou o Cabo da Boa

¹⁹ <https://jus.com.br/artigos/72711/colonialismo-e-genocidio-no-congo-belga>

Esperança, abrindo as portas para a colonização da costa oriental da África pelos europeus. A partir de meados do século XVI, os ingleses, os franceses e os holandeses expulsam os portugueses das melhores zonas costeiras para o comércio de escravos.

A colonização portuguesa em África processou-se numa falta de capacidade de perceber as diferenças entre as várias populações de cada região do novo continente, padronizando-as como se fossem uma só, não sendo feita nunca uma configuração cultural ou social que poderia ajudar a compreender as diferenças. O colonizador enxergava o mundo a partir de sua mentalidade, de sua concepção de mundo já pré-concebida, incapaz de estabelecer alteridade. Ele encaixava o que vê, o novo, naquilo que é conhecido, vendo naquilo que há o que existe pronto em sua mente (Cruz, 2013).

Alves (2013) quanto a colonização portuguesa, Portugal conservou-se neutro, recusando igualmente a descolonização, reforçando a maior integração entre as ex-colónias e a metrópole. O luso-tropicalismo sustentou a civilização híbrida, resultado do contacto e das relações que os Portugueses mantiveram ao longo dos séculos nos trópicos. Esteve “ao serviço da política externa portuguesa”, cuja finalidade era defender a política ultramarina.

Dez anos mais tarde, na virada dos anos 1890, Portugal também recorreu ao mecanismo das companhias concessionárias. O Estado português estava praticamente na bancarrota e lhe faltavam recursos públicos e investidores privados para dominar os territórios africanos que reivindicava. O apelo às companhias majestáticas apareceu como solução de compromisso: as potências europeias admitiam que os territórios reivindicados fossem de Portugal, desde que administrados por companhias de capitais dessas potências (Bellucci & Lamy, 2017).

A colonização portuguesa, se manifestou numa consciência económica, política, religiosa e sociocultural ao nível interno por um lado, e por outro, obrigou o deslocamento de um certo grupo de homens, no contexto do trabalho migratório, para terras transfronteiriças e onde juntaram-se aos sindicatos e outros grupos afins para juntos perceber a forma de combater o sistema brutal colonial (Baquete, 2002).

Portugal desenvolveu na África soluções político-administrativas altamente centralizadas, governando as suas colônias a partir de Lisboa e concedendo à população colonial como se fossem membros das populações nativas, alguns sobas tornaram-se funcionários da administração colonial, uma representação política nos órgãos de poder nacional muito limitada²⁰.

Contudo, não é possível caracterizar nenhuma das experiências administrativas do colonialismo europeu em África como um tipo puro, a historicidade do processo fez com que todos os modelos de gestão colonial sofressem adequações ao que fora originalmente organizado. Os modelos de administração portuguesa e francesa (direta) e ao britânico (indireta), o modelo no Congo foi misto, mas há aqui uma ressalva importante a ser feita. O Congo no momento do colonialismo europeu não se originou como uma colônia da Bélgica desde a sua fundação, em 1885, era uma propriedade do rei Leopoldo II. Tornou-se uma colônia da Bélgica apenas em 1909 por herança declarada pelo rei no seu testamento. Obviamente que a estrutura colonial congoleza, de 1909 em diante, manteve o legado institucional organizado anteriormente por Leopoldo II²¹.

A partir da década de 1910 com a aguda repressão militar do estado metropolitano é que investimentos privados puderam se organizar em larga escala, quando a borracha deixou de ser coletada aleatoriamente no interior das matas, para ser coletada em fazendas. E a partir da década de 1920, o sistema geral das administrações coloniais passaria por adequações determinadas em grande parte pelas conjunturas políticas e econômicas da Europa no período de guerras (1919-1939). O sistema britânico de administração indireta foi que passou por mais adequações institucionais²².

Diferentemente da França que estabeleceu um sistema administrativo quase integralmente uniforme no conjunto das suas catorze colônias da África tropical, a Grã-Bretanha implantou diversos sistemas com vistas a administrar as suas

²⁰ <https://historiaecultura.ciar.ufg.br/modulo2/capitulo7/conteudo/7-1.html>

²¹ <https://historiaecultura.ciar.ufg.br/modulo2/capitulo7/conteudo/7-1.html>

²² <https://historiaecultura.ciar.ufg.br/modulo2/capitulo7/conteudo/7-1.html>

dependências africanas, de forma a tornar muito difícil conceber, no tangente a estes sistemas²³.

1.3-1. Os Movimentos Clandestinos na Luta de Libertação.

É frequente pensar que a clandestinidade antecedeu de imediato o início da luta armada que conduziu à independência, pelo menos no caso de Angola. Na maior parte dos casos a palavra é referida em várias obras após a década de 1950 e 1960. Para estas décadas, as referências existentes sobre a clandestinidade evidenciam a prisão dos nacionalistas do chamado “processo dos 50” nos primeiros meses de 1959, isto é, em Março por actividades políticas em prol da independência (Fonseca, 2011).

As actividades clandestinas do grupo em referência constituem, como é evidente matéria desse processo. Para Ngonda (2011), o movimento clandestino anticolonial viria a ser a corrente de pensamento nacionalista conduzida por patriotas angolanos, que através de uma resistência silenciosa e activa, procuravam dar resposta à dominação estrangeira do país, organizando estruturas paralelas de actuação política e ideológica, afim de impedir a perpetuação da dominação. A actividade clandestina contra a presença colonial era um acto de revolta para outra escritura da história africana e a reconstrução de verdadeiras nações que o colonialismo negava aos africanos, impondo-lhes o seu ideal de dominação e de alienação permanente.

A acção clandestina foi uma arma do colonizado para a denúncia dos crimes praticados pelo sistema colonial e para a reafirmação do carácter nacionalista de uma luta generalizada e de amor à Pátria. Foi arma eficaz dos homens desarmados pela relação de força, no desafio contra o poder colonial que dispunha de todos os instrumentos para oprimir e fazer calar para sempre os homens livres (Idem, 2011).

Na medida que os movimentos clandestinos surgiam, o governo português implementou a Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE), então, recrudescer a repressão aos nacionalistas. Em 1959, começaram as prisões em

²³ <https://historiaecultura.ciar.ufg.br/modulo2/capitulo7/conteudo/7-1.html>

massa, sendo que os principais líderes eram os mais procurados. Por essa razão, os movimentos começaram por desenvolver-se no exterior.

Durante a primeira metade do século XX, mais propriamente na década de 1940, surgiu em Angola um grupo de intelectuais negros, mestiços e brancos que estavam ligados sobretudo às letras e que tinham como principal objectivo lutar contra o regime colonial português. A ideia de independência já fazia parte do imaginário desse grupo de intelectuais, porém era ainda prematuro tomar atitudes mais incisivas, uma vez que precisavam de adquirir experiência política e de procurar apoios internacionais. Nessa época, os protestos contra o regime colonial eram feitos sobretudo através da música e da literatura (Cunha, 2009).

Em meados da década de 1950, começou a crescer em Angola o processo de reivindicação pela independência. Registou-se nesse período o surgimento de diversas organizações políticas que reivindicavam a soberania política de Angola, tanto dentro como fora da colónia. Mesmo estando proibidos de fazer qualquer tipo de manifestação política contestatária e de criar associações, sindicatos ou partidos políticos, alguns angolanos criaram clandestinamente ou filiaram-se em partidos políticos, uns de efémera duração e outros que persistiram durante mais tempo devido ao empenho dos seus integrantes, a fusões partidárias e a apoios externos (Idem, 2009).

Nessa época, enquanto que em Angola as reivindicações pela independência ainda se faziam na clandestinidade, noutros países africanos já se respiravam os ares da liberdade. Tal era o caso do Ghana, que já se tinha tornado independente e do então Congo Leopoldville, que caminhava nessa direcção. O facto desses e de outros países africanos se terem tornado independentes ou estarem prestes a obter a independência, contribuiu para o aumento da mobilização nacionalista na década de 1950. Foi nesse contexto que patriotas angolanos decidiram lutar pelos seus ideais, tendo daí resultado as prisões daqueles que viriam a formar o chamado “Processo dos 50”²⁴.

As acções clandestinas tornaram-se necessárias, pois no entender desses patriotas, eram uma das formas de contestar contra o domínio colonial e de

²⁴ <https://journals.openedition.org/ras/543>

reunir esforços para mudar a situação que se vivia em Angola; havia também a necessidade de aumentar e difundir (tanto em Angola, como no exterior) os ideais do nacionalismo e da independência. Havia ainda necessidade de dar a conhecer ao mundo qual era a verdadeira realidade que se vivia em Angola. Recorde-se que esses acontecimentos têm lugar numa altura em que Portugal tentava justificar perante o mundo a permanência da ocupação dos territórios africanos. À medida que crescia a consciência nacionalista nas colónias e a pressão internacional, Portugal tomou uma série de medidas para manutenção do *status quo*, entre as quais a instalação em Angola, em 1957, da Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE), mais tarde Direcção Geral de Segurança (DGS)²⁵.

O ano de 1959 foi um ano de grande mobilização política em Angola. As acções clandestinas não se resumiam a Luanda; praticamente em toda a colónia havia indivíduos que realizavam acções clandestinas visando conduzir Angola à independência. Essas acções, consideradas subversivas, foram a causa das prisões que se deram a partir de Março de 1959 e que viriam a contribuir para uma série de mudanças no desenrolar do processo de contestação dos angolanos pela liberdade (Cunha, 2009).

Apesar disso, a PIDE introduzia nesses grupos informadores que, fazendo-se passar por patriotas, delatavam os nacionalistas denunciando as suas acções. Até hoje, é difícil aos integrantes do “Processo dos 50” identificarem quem terão de facto sido os informadores da PIDE. A verdade é que as denúncias contribuía para enfraquecer a luta, pois causavam confusão e desconfiança no seio dos patriotas²⁶.

²⁵ <https://journals.openedition.org/ras/543>

²⁶ <https://journals.openedition.org/ras/543>

**O CONTRIBUTO DO NACIONALISMO NA EMANCIPAÇÃO POLÍTICA-
SOCIAL EM ANGOLA DESDE 1950 ATÉ 1975.**

CAPÍTULO II: O CONTRIBUTO DO NACIONALISMO NA EMANCIPAÇÃO POLÍTICA-SOCIAL EM ANGOLA DESDE 1950 ATÉ 1975.

Quanto ao verdadeiro contributo do nacionalismo angolano é mister rebuscar as origens do nacionalismo dos países africanos, e desta feita, no início dos anos 1920, criava-se em Lisboa duas associações africanas. Primeiro, em 1920, a Liga Africa e um ano depois o Partido Nacional Africano. A primeira tinha um carácter mais reformista liberal e assumiu-se como a continuadora da JDDA. O Partido Nacional Africano vai mais longe na formulação ideológica, intitulando-se uma união dos povos africanos e propondo uma alteração radical da Constituição Portuguesa para outra de carácter confederativo, que agruparia os povos africanos em pé de igualdade com o povo português (Rocha E. , 2009).

Na consequência destes movimentos, surgiu na véspera da guerra de libertação uma Angola com vários povos, nesta altura havia sim, vários grandes povos-nação, grandes etnias com história e experiências muito diferentes não apenas entre si ma também em relação ao colonizador. É muito evidente ou provável que tenha havido durante séculos, um certo grau de miscigenação entre estes povos angolanos, contudo, as diferenças culturais não influenciou negativamente na emancipação político-social face ao nacionalismo.

O desenvolvimento destas lutas encaixadas ao nacionalismo tiveram o salto mais alto na década de 1960, porque nesta altura a luta anticolonial que ocorreu em 1961 acabaria por ser travada a partir de táticas de guerrilha. Foi verificado um gradual aumento, a fim de obter um maior alcance de Norte a Leste do país. Inclusive nacionalistas da frente diplomática trabalharam a partir de determinadas bases, como Leopoldville (atual Kinshasa), Conakry e Brazzaville, Lisboa e Paris. Recebendo apoio por parte dos países africanos, da China e dos EUA, a FNLA formou, por fim, em 1962, um GRAE. No entanto, pouco mais tarde, alguns dos países do continente africano, optaram pois por começar a depositar uma maior confiança no MPLA. Contudo, logo em 1964, o líder da UNITA (Jonas Savimbi) abandonou o Governo no Exílio, no qual serviu como Ministro dos Negócios Estrangeiros.

2.1- A génese do Nacionalismo Angolano.

É evidente que o nacionalismo angolano e todas as formas da sua evolução, no tempo e na história do séc. XX, foram fundamentalmente a expressão de um sentimento de repúdio contra a dominação colonial no contexto político do Estado Português em África, a luta contra a supremacia dos ocidentais portugueses sobre a sociedade angolana e o controlo da vida política angolana pelas autoridades centrais portuguesas (Capoco, 2013).

A partir de então, os fundamentos da consciência nacional ganharam forma com o reconhecimento dos direitos políticos e outros direitos fundamentais definidos pelo Estado colonizador, muitos destes vedados aos autóctones. Neste sentido, o nacionalismo que se formava em tal contexto era de facto um nacionalismo libertador que procurou defender as bases jurídicas assentes no direito da auto-determinação, mas que reclamava o cumprimento dos direitos do homem como parte dos objectivos políticos consagrados no direito internacional, reconhecidos a todo o ser humano.

Agostinho (2011), enfatizou que as origens do nacionalismo angolano alicerçou-se em vultos da sua história, como as empreitadas da resistência de Ngola Kiluanje, da rainha N'ginga, dos povos da Kissama, do Cordeiro da Matta, e de Mutu ia Kevela. Todos eles deram contornos ao incipiente nacionalismo angolano, demonstrando as suas insatisfações com a política da Metrópole para com os habitantes da colónia. Contudo, as novas formas de reivindicações viriam a ser conhecidas posteriormente.

A génese do nacionalismo processou-se numa variedade baseada em concepções diferentes, relativamente aos contextos de cada realidade circunstancial, mas sempre existiram neste processo aspectos comuns, como por exemplo: o advento da República em 1910, permitiu a criação de várias associações de africanos. Estas associações teve uma ligação forte na influência do despertar do nacionalismo nos países, principalmente dominados pelo imperialismo ocidental.

A primeira organização nacionalista a existir no interior de Angola foi a Liga Nacional Africana (LNA), mais tarde seria conhecida como a Associação dos Naturais de Angola (ANANGOLA), em 1929. A ANANGOLA era orientada por

um espírito de reacção ao colonialismo e tinha uma tendência revolucionária. Frente às sanções do regime autoritário de Salazar, foram obrigados a operar na clandestinidade. Criaram escolas de alfabetização clandestinas, onde ensinavam aos alunos a necessidade de empreender uma luta pela independência de Angola (Agostinho, 2011).

Certas figuras internacionais e nacionais contribuíram bastante no preâmbulo do nacionalismo de Angola, tais como: em 1952 foi criado por iniciativa de Feld Matvin, um agente soviético o Conselho de Libertação de Angola (CLA), cuja acção teria transvazado a missão que lhe tinha sido confiada, a saber, a intensificação da luta na Liga Nacional Africana, vale ressaltar também o papel do Mário Pinto de Andrade ao que concerne a existência do movimento que fá-lo a parecer o PLUAA como uma alternativa do PCA, com a única diferença desembaraçada da ideologia comunista, unicamente com o intuito de atrair a simpatia dos nacionalistas angolanos hostis.

O Partido Democrático Angolano (PDA) de 1961 foi o sucessor de duas associações: a Associação dos Originários de Maquela do Zombo ASSOMUZO, de 1956, em Leopoldville, e a Aliança dos Naturais do Zombo ALIAZO, fundada em 1959. Essa junção é feita no exílio, no território da República Democrática do Congo. Essa união teve duas consequências imediatas: a formação do Governo Revolucionário de Angola no Exílio (GRAE), presidido por Álvaro Holden Roberto, e do Exército de Libertação Nacional de Angola (ELNA), apoiado pelo governo da então República do Congo (Idem, 2011).

A génese do nacionalismo angolano esteve sempre ligado nas influências externas como enfatizou Numa (2015) na sua abordagem sobre o prólogo da democracia e construtivismo angolano. No mesmo diapasão alinha o Mbah sobre a acção de apoios externos que sempre se tinha manifestado pelo apoio político, económico e militar, concedido por diferentes residentes da Casa Branca ao colonialismo português, por outro, a acção privada das organizações civis e os serviços secretos americanos, que ocupavam do financiamento e do enquadramento dos movimentos pró-ocidentais como a FNLA e a UNITA.

A génese do nacionalismo angolano está ligado à criação da Liga Nacional Africana (LNA), a criação deste movimento deve-se ao mérito de Gervásio

Ferreira Viana, foi posteriormente oficializado pelos estatutos publicados no boletim oficial da 2ª série de 29 de Julho de 1930 (Edm09).

O Partido Comunista Angolano (PCA) teve a sua revelação por Mário Pinto de Andrade num artigo publicado numa revista francesa de esquerda, *Democratie nouvelle*, no qual retraçava não só a história do nacionalismo angolano contemporâneo de jovens nacionalistas desiludidos pelos métodos de luta das associações legais (Mbah, 2010).

Os movimentos de uma génese do nacionalismo mais moderno foram: PLUAA, PCA, MIA e mina, estes uma vez juntados deram a formação do MPLA, e posteriormente surge a UPNA que passou a chamar-se UPA (União dos Povos de Angola). A UPA era pois o principal grupo nacionalista estruturado e projectado a nível internacional, valendo-se da influência do seu líder nos meios políticos internacionais africanos, estes movimentos também tiveram na génese do nacionalismo angolano, e mais tarde deram ideais da formação da FNLA.

2.2- A Acção dos Movimentos e Associações.

Segundo Rocha (2009), o Advento da República em 1910, permitiu a criação de várias associações de africanos, das quais a mais representativa foi a Junta de Defesa dos Direitos de África (JDDA), criada em 1912 em Lisboa, por um grupo de intelectuais na grande maioria estudantes santomenses, angolanos e cabo-verdianos. A JDDA era uma federação de associações, podendo no entanto, fazer parte dela sócios individuais. Uma das condições que se exigia para se ser sócio efetivo era ser negro ou filho destes. A associação possuía como porta-voz A voz de África, cujo período teve uma existência efémera em 1911-1913.

Esta associação pretendia por um lado afirmar a identidade negra e a capacidade de os africanos atingirem altos níveis de conhecimentos humano, atestados pela existência de médicos, advogados, engenheiros, negros, enquanto por outro lado, exigia o regime de autonomia das colónias, a abolição das leis de excepção, o direito à instrução e a justiça num quadro civilizacional de molde ocidental.

É esta ambivalência entre a afirmação da especificidade cultural e étnica africana, portadora de valores próprios a que se chamou nessa época de “Nativismo”, o que nos anos 50 viria a apelidar de “Negritude”, e a constante exigência de

pertença plena ao quadro constitucional português, que constituiu uma gritante contradição que só cinquenta anos depois, nos anos 50 e 60, viria a encontrar uma solução com o advento de movimentos pugnando pela plena independência nacional (Idem, 2009).

Alguns grupos da camada mais evoluída na capital angolana, por um lado, e por outro, os estudantes africanos em Portugal e em Paris, construíram grupos de estudos ou associações culturais, recreativas e de entreatajuda. Nessas associações legais brotaram núcleos de reflexões e de afirmação da identidade africana e de crítica ao sistema fascista e colonialista.

Estas associações tiveram uma importância considerável na preservação dos valores específicos africanos e na promoção social dos angolanos através da cultura. Elas construíram o cadinho que permitiu o encontro de várias gerações, facilitou a transmissão de experiências e do saber e deu origem às primeiras reivindicações nacionalistas, expressas numa literatura de resistência

Com a criação do Movimento Anticolonial (MAC) em Portugal, em 1957, lançava-se uma nova etapa no processo de unificação das componentes nacionalistas angolanas e africanas europeias. A criação do MAC correspondia a uma necessidade para as trocas de informação entre os angolanos residentes em Lisboa e os dirigentes do interior do país.

2.2.1- Movimento Estudantil.

A casa dos Estudantes em Portugal tornou-se no Berço do nacionalismo das ex-colónias porque nesta altura na Casa viria passar muitas figuras da resistência. Entre outros, muitos dos nomes já conhecidos viriam a assumir importantes responsabilidades na luta anticolonial e de libertação dos antigos territórios em África, como Amílcar Cabral, o mais conhecido defensor da independência da Guiné-Bissau e de Cabo Verde, e representantes conhecidos do MPLA (hoje partido no poder em Angola), como o ex-secretário geral do partido, Lúcio Lara, e o primeiro presidente do país, Agostinho Neto²⁷.

²⁷ <https://www.dw.com/pt-002/casa-dos-estudantes-do-imp%C3%A9rio-ber%C3%A7o-de-l%C3%ADderes-africanos-em-lisboa/a-16233230>

Portugal ao perceber que havia estudantes simultaneamente a fazer política de oposição, o governo de Portugal deixa de homologar as direções da Casa. Durante oito anos, a partir de 1953, a Casa funcionou com comissões administrativas. Em 1960, a CEI tinha no total 600 sócios. Mas, no ano seguinte, fogem cem estudantes africanos da Casa para reforçar as direções dos movimentos de libertação das colónias africanas. A fuga era um sinal de contestação: "Era um período conturbado e interessante porque era um período em que nós queríamos aprender e fazer coisas. E encontrámos um ambiente bom em Portugal, que era o ambiente aceso da luta contra o fascismo, assim dizia um médico²⁸.

Angola marca um período muito conturbado para o colonialismo português a partir de 1961, mas estes episódios tiveram intervenção de força ideológica dos Estudantes da Casa. Por esta razão, Angola, por ter sido palco dos acontecimentos que referimos, liderava a agitação política na comunidade de estudantes lusófonos de origem africana, que estavam em Portugal na altura. O facto de aqui se ter iniciado a luta armada, associada à decisão de Salazar de vir "para Angola, rapidamente e em força", para combater o movimento independentista, e à obrigatoriedade de incorporação militar nas forças armadas coloniais dos jovens nascidos nas colónias, tudo isso, e o aumento da consciência política dos jovens estudantes que seguiam atentamente o movimento de auto-determinação dos povos africanos, através da independência dos seus países, tornaram o desejo de abandonar Portugal um imperativo. É assim que se viria a materializar esta memorável 'fuga' que permitiu engrossar num só acto e de forma significativa, o número de nacionalistas que, já desde o início da década de 50, vinham optando pelo abandono do espaço controlado por Portugal, para preparar as condições para a independência dos seus povos. Outras saídas se seguiriam, num movimento incontrolável de reforço das estruturas dos movimentos que emergiam, e ganhavam capacidade de luta. Elas viriam a crescer com as independências africanas não só em Portugal, como a partir de Angola, para os continentes americano, europeu, mas principalmente africano²⁹.

Em todo o espaço controlado por Portugal, em 1961, havia apenas três centros de ensino superior: Coimbra, Lisboa e Porto. Era assim natural que os jovens

²⁸ <https://www.dw.com/pt-002/casa-dos-estudantes-do-imp%C3%A9rio-ber%C3%A7o-de-l%C3%ADderes-africanos-em-lisboa/a-16233230>

²⁹ <https://www.buala.org/pt/mukanda/a-caminho-da-luta>

das ex-colónias tivessem que passar pela ‘metrópole’, como era chamado o Portugal continental da altura, para que pudessem prosseguir os seus estudos. Isso criou a oportunidade de juntar uma parte considerável da inteligência desses territórios, o que se fazia não apenas nas universidades, mas também no local de acolhimento mais preponderante, que era a Casa de Estudantes do Império (CEI). Era a situação ideal para a criação de uma consciência colectiva, muito bem aproveitada por aqueles que se preocupavam com a causa da independência dos seus países.

A importância desta associação (CEI), foi de tal monta para o surgimento do nacionalismo nas colónias portuguesas que Mario Pinto de Andrade a apelidou de berço das chefias africanas, principalmente por ter dado lugar a importantes manifestações identitárias dos estudantes africanos. Aos poucos, iniciou-se uma intensa discussão sobre temas políticos, que logo levaria alguns dos associados à CEI a pensar nas possibilidades de independência das colónias. A CEI, então, assumiu a sua atribuição de prestar assistência social e material aos estudantes vindos das colónias, promover as suas culturas e integrá-los no meio estudantil metropolitano. Para isso, foram inaugurados postos de assistência médica, concedeu-se bolsas de estudos, organizou-se uma biblioteca e promoveu-se campeonatos de várias modalidades desportivas (Pinto, 2017).

2.2.2- Movimento e Associações Desportivas.

Mango (2016), o pan-africanismo teve grande influência na conscientização das lutas para a independência nacional em África, pois este factor torna-se uma causa comum e contribuiu na motivação de um espírito de cooperação e união entre os povos africanos e distinguiu-se como uma guia às lutas dos movimentos da libertação nacional. A CEI e o CEA, assim como o Clube Marítimo Africano, uma organização de trabalhadores africanos, eram espaços de encontro entre os estudantes e operários das ex-colónias para fazer avante ao justo processo de descolonização.

Depois foi verificados os ataques e violências durante o mês em Lourenço Marques, quando a população de origem europeia sentiu-se ameaçada e procurou ajuda junto à Frente Integracionista de Continuidade Ocidental (FICO) e o Movimento de Moçambique Livre (MML). Estes criaram a Aliança

Moçambique Livre que chegou a ocupar a cidade com apoio dos antigos soldados coloniais. Houve a ocupação da Rádio Clube de Moçambique (RCM) pelos manifestantes, que mudaram o nome desta estação emissora para Rádio Liberdade (Idem, 2016).

Francisco (2013), aos 20 de Dezembro de 1954 foi criado o Clube Marítimo Africano, organismo que congregava estudantes, marítimos e intelectuais das colónias portuguesas residentes em Portugal. Apesar de se apresentar como agremiação desportiva, proporcionava aos seus membros, meios de cultura e de recreação. Funcionou também como centro de alfabetização e clandestinamente, como núcleo de conscientização política para a luta contra o fascismo e o colonialismo português. Durante algum tempo, desempenhou o transporte de material de divulgação política, como panfletos, jornais, mensagens, dados estatísticos, policopiador, permitindo desta forma a ligação do movimento de libertação no interior com os seus representantes no exterior.

As atividades políticas não se limitavam à militância intelectual. Em 1954, por exemplo, os estudantes começaram a se aproximar dos trabalhadores imigrantes de Angola e africanos lusófonos residentes em Lisboa, como marinheiros angolanos que viviam nos bairros populares de Lisboa. Disso resultou importante associação, o Clube Marítimo Africano (CMA), e a disseminação das ideias anticoloniais e marxista-leninistas, em Angola (Höring, 2015).

A partir de 1957 instalou-se em Angola a Polícia Política, a PIDE. Tínhamos que usar as associações culturais, os clubes desportivos, até as igrejas, para fazer passar a ideia da independência. Mesmo a Igreja Católica, tradicional aliada do regime, seriam vozes nacionalistas, mas em Luanda a Igreja Metodista foi especialmente importante (Silva D. T., 2019).

Segundo Cassama (2014), as associações desportivas englobavam vários filhos de África, desta feita, em 1954, Amílcar Cabral organizava uma associação desportiva e recreativa, destinada a “filhos da Guiné”, para a prática de futebol e “o desenvolvimento de actividades nativistas, incluindo uma biblioteca. A dimensão política que o clube havia ganhado fez com que as autoridades coloniais decidissem pelo fechamento do mesmo, e ainda pelo fim das

funções de Amílcar Cabral em Bissau, e cancelamento da sua residência permanente na Guiné-Bissau, tendo obtido somente uma autorização para a mãe e a família uma vez por ano.

Na área desportiva, a Guiné Bissau foi um dos celeiros nesta vertente, usando o desporto como uma forma de luta contra o colonialismo. No campo desportivo e recreativo criaram o Clube Internacional de Bissau, em 1929, o Clube Desportivo e Recreativo de Farim, em 1934, o Clube Desportivo de Bolama, em 1936, o Clube Desportivo de Bafatá, o Clube Desportivo Lisboa-Bolama, e a Associação de Desporto e Recreio, todos criados em 1954 (Idem, 2014).

Durante os primeiros Jogos Africanos, em 1965, o desporto foi considerado pelos mais diversos países um instrumento de luta contra o “apartheid”.

2.2.3- Movimentos Sindicais.

Historicamente, desde suas origens, os sindicatos sempre cumpriram um papel importante na luta pela organização e mobilização dos trabalhadores. Mas no caso em abordagem, a situação sindical em análise é sobre a emergência destes movimentos na era do colonialismo.

Em Angola o sindicalismo teve o seu primeiro embrião, como organização, na República Democrática do Congo, a partir do dia 1 de Fevereiro de 1960, com a fundação da UNTA sob a liderança de Pascoal Luvualu e Bernardo Dombele. Nessa altura, as organizações sindicais angolanas estavam politizadas, porque aderidas aos partidos políticos na luta pelas independências, identificavam-se como bases de apoio às políticas dos movimentos de libertação. Na vigência do período colonial surgiram sindicatos como, por exemplo, o SNEBA que tem a sua génese no Sindicato Nacional dos Empregados Bancários da Província de Angola, fundado em Julho de 1963, mas com a proclamação da independência nacional a 11 de Novembro de 1975, a acção sindical ficou confinada à União Nacional dos Trabalhadores Angolanos UNTA que havia absorvido os sindicatos coloniais, como garante e defensora dos legítimos interesses das massas trabalhadoras³⁰.

³⁰ <https://sinprof.co.ao/a-genese-do-antisindicalismo-angolano/>

Contudo, em 1964, fundou-se no exílio a União Geral dos Trabalhadores de Angola (UGTA) após uma separação da Liga Geral dos Trabalhadores de Angola (LGTA), estava ligada ao Conselho do Povo Angolano (CPA, um pequeno movimento político baseado em Kinshasa), tendo como secretário-geral Maurício Luvualu que foi entregue aos portugueses pelo governo de Kinshasa. Após a sua libertação em 1974, fundou um novo movimento sindical, a Confederação Nacional dos Trabalhadores de Angola (CNTA). A UGTA que se tornou mais tarde aliada da UNTA fundiu-se com a CNTA num Congresso realizado entre 24 à 25 de Abril de 1975, formando o Sindicato Angolano dos Camponeses e Operários (SINDACO) que também teve vida efémera por simpatias políticas, inconvenientes naquela época. Com o surgimento do multipartidarismo, em 1991, e com ele a Lei nº 21-D/92 de 28 de Agosto, tornou-se possível a criação de sindicatos independentes. Tendo sido o sindicato dos jornalistas (SJA), o primeiro a constituir-se em 28 de Março de 1992³¹.

Nesta altura, os movimentos sindicais, partidos políticos timidamente aparecidos no jugo colonial encontravam o seu plano de desenvolvimento durante a marcha para a independência, progressivamente admitidos pelas autoridades coloniais, apoiando-se em movimentos sociais radicalizados, tomando formas novas, uma amplidão sem precedentes, eles foram a arma decisiva que permitiu à África recuperar a sua soberania (Savite, 2013). Os sindicatos surgiram como organismo elementar de frente única dos trabalhadores para enfrentar a opressão e a exploração da força de trabalho que os autóctones estavam submetidos, após o surgimento iniciava-se intervenções policiais nos sindicatos, prisões de líderes sindicais, cassações de direitos políticos, enfim, sistematizava-se a repressão. Tal como em Portugal, nos territórios colonizados, partidos políticos e organizações sindicais eram proibidos.

2.3- Os movimentos de Libertação Nacional de Angola.

Os movimentos de libertação nacional angolanos remontam à década de 1950 e 1960 com o propósito de reivindicar e exaltar a política-social e os valores de uma nação, estes movimentos apesar das vicissitudes do tempo conseguiram

³¹ <https://sinprof.co.ao/a-genese-do-antisindicalismo-angolano/>

implementar o projecto propagar a mensagem e o desejo de reaver uma Angola livre.

Os movimentos de libertação em Angola tiveram uma influência continental para lutar contra a dominação colonial, o político africano definia o nacionalismo em três componentes políticas dos movimentos de libertação, nomeadamente: o nacionalismo, o pan-africanismo e o socialismo. A ideia era promoção do conceito de *African Personality*. O outro factor importante foi o despertar da consciência africana da situação colonial e a vontade de lutar pela liberdade política e social, bem a como aspiração da conquista do estatuto do povo negro no mundo perante o domínio europeu.

Durante a década de 1950 e 1960 o campo do nacionalismo angolano foi marcado por uma extrema fragmentação através do surgimento de diversos movimentos. No tortuoso percurso até a conquista da independência os movimentos de libertação se empenharam em uma intensa disputa pelo protagonismo político angolano, o que resultou em diversas crises e confrontos, bem como as tentativas de aproximação entre as partes oponentes (Pinto, 2017).

Chimanda (2010), salienta que os novos nacionalistas da década 1950 acabaram por abraçar o nacionalismo como a única fuga possível à soberania colonial. Esforçando-se por transformar os territórios coloniais em territórios nacionais, acabaram por considerar que a riqueza das culturas étnicas angolanas era ao mesmo tempo perturbadora e difícil de incorporar nos seus esquemas.

O projecto da luta política iniciada pelos movimentos nacionalistas africanos, nomeadamente por angolanos pretendia construir um sentimento nacionalista e revolucionário no combate ao colonialismo português. É na base desses pressupostos que nasce o modelo de organização política e social, fruto da herança colonial (Idem, 2010).

No caso angolano, a luta revolucionária restringiu-se a dois paradigmas essenciais: por um lado, havia movimentos independentistas que defendiam uma luta com um grau de conflitualidade violento contra o colonialismo, por outro lado havia os que defendiam ideias e políticas colaboracionistas assentes em valores que apontavam para estreita cooperação com a cultura política-social

portuguesa cuja influência deixara vestígios na sociedade e na política-social angolana. Foi neste misto de sentimento que os movimentos de libertação nasceram e se inaugurou o conflito desenfreado com que se proclamou a independência do país que colocou os movimentos belicistas numa estreita dependência económica do exterior, sendo que os actores principais seriam o MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), a FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola), e a UNITA (União Nacional Para a Independência Total de Angola). Todos estes movimentos numa primeira fase estavam conotados e identificados com os respectivos grupos étnico-regionais (Chimanda, 2010).

Hoje este estigma de associar os partidos com os grupos tribais tende a diluir-se, uma vez que a sociedade civil está em constante mutação e os conteúdos programáticos dos partidos vão mudando de acordo com os ventos da pós-modernidade. Esta reforma abre perspectivas de ideias e valores novos que permitem a construção de uma sociedade nova que ultrapassa os princípios antagónicos que serviram de trampolim para dividir em vez de unir os angolanos.

Na verdade, os princípios que uniam estes movimentos com sentimento comum e partilhado de luta ao colonialismo, mais tarde perdeu a sua génese porque reduziram a união nas ambições pessoais e descaracterizou o projecto nacional escamoteando a verdadeira razão de luta dos angolanos contra o colonialismo. Os três movimentos nacionalistas nunca estabeleceram uma frente unida contra os portugueses, apesar que Holden Roberto tentou unir todos no projecto do GRAE mas a ideia ficou nula devido a resistência dos outros, principalmente MPLA, o que tornava difícil a coesão entre eles, uma vez que as suas estruturas eram dominadas por elites étnicas que promoviam os pontos de vista regionais e etnocêntricos.

2.3.1- FNLA.

A Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) surge em 27 de Março de 1962 com o objectivo de criar uma frente comum entre a UPA e o Partido Democrático de Angola (PDA).

Apesar da nascença tardia da FNLA, cabe lembrar que a sua luta política foi travada anteriormente pelos dirigentes históricos da UPA desde os fins dos anos

cinquenta. A história da FNLA é indissociável da trajetória da União das Populações de Angola (UPA) fundada em Dezembro de 1958 e transformada em partido político em Julho de 1960 em Leopoldville. as raízes deste, cruzam-se com uma outra organização nacionalista, considerada até hoje como sendo seu antecedente : (UPNA) União das Populações do Norte de Angola, esta organização foi fundada em 1957 em Leopoldville por emigrantes angolanos entre os quais destacamos Barros Manuel Nekaka (tio de Holden Roberto), Francisco Borrvalho Lulembo e José Eduardo Pi nock (Mba, 2010).

A FNLA surgiu no norte de Angola, na região de fronteira com o Congo e República Democrática do Congo, tendo sido, junto com o MPLA, o principal movimento de contestação do regime colonial português. Por conta de sua forte raiz tribal, a FNLA foi constantemente submetida a críticas acerca de sua capacidade de representar o povo angolano. Mas, apesar disso, foi considerado o movimento mais importante no início da luta anticolonial (Pélissier, 2009).

A FNLA preferia uma educação religiosa na formação moral do Homem angolano, no entanto, houve pouca insistência no processo político de uma tradição kongo para lidar de forma controversa com a cultura ocidental e em particular com a realidade da religião judaico-cristã. A FNLA recebia a etiqueta de movimento conservador pró-ocidental e reacionário (Mateus & Mateus, 2011).

Holden Roberto foi um nacionalista que sempre esteve presente em todos acontecimentos da luta anticolonial. Por esta razão procurou buscar apoios que o ajudassem na edificação da FNLA. Holden, durante o seu preâmbulo político na UPA e depois na FNLA, buscou apoios no Congo, teve uma vantagem neste território porque foi certamente naquele país onde formou-se, e obteve o seu diploma numa escola da BMS sedeadada em Leopoldville no ano de 1940 (Santos, 2006).

Holden Roberto foi um nacionalista que sempre esteve presente em todos acontecimentos da luta anticolonial. Por esta razão procurou buscar apoios que o ajudassem na edificação da FNLA. Holden, durante o seu preâmbulo político na UPA e depois na FNLA, buscou apoios no Congo, teve uma vantagem neste território porque foi certamente naquele país onde formou-se, e obteve o seu

diploma numa escola da BMS sedeadada em Leopoldville no ano de 1940 (Santos, 2006).

AUPA/FNLA, ao ser a primeira organização a iniciar as hostilidades em grande escala, havia mobilizado milhares de seguidores, acabando mesmo por conseguir grandes apoios internacionais, desde os Estados Unidos até vários países africanos.

Por exemplo na República do Congo, Holden teve apoio de informação difundida pela rádio local do Estado congolês, órgãos de imprensa emitiam panfletos através de uma distribuição feita pela UPA. A rádio foi um meio particularmente eficaz posto à disposição deste movimento em virtude das relações de amizade que uniam Holden Roberto ao primeiro-ministro congolês.

2.3.2- MPLA.

A fundação do MPLA está ligada ao manifesto de Dezembro de 1956, o mesmo constitui o primeiro marco da história do MPLA por assinalar o início do seu processo de formação na medida em que se estabeleceu dentro dos fundamentos da sua linha ideológica. Embora o MPLA tenha sido criado aos 10 de Dezembro de 1956, com uma perspectiva nacionalista para Angola, mas só foi institucionalizado como organização política formal com o estatuto e programas editados com os símbolos do movimento em Julho de 1960, em Conakry (Francisco A. A., 2013).

A divulgação do programa e dos estatutos do MPLA no exílio constituiu um dos principais factores que levou ao fortalecimento das suas fileiras no exterior. Muitos angolanos que até então não se identificavam com os programas das outras organizações políticas angolanas já instaladas no exterior e no interior, passaram a identificar-se com o MPLA, com grande destaque para (PLUAA), Partido de Luta Unida dos Africanos de Angola (Mba, 2010).

Desde os tempos mais remotos a educação foi sempre um processo que visou a preparação do homem para as exigências da vida em todos os domínios: político, económico, social e cultural. Desta feita, o MPLA desde sempre teve o seu programa virado nas questões educativas, saúde para além do programa político.

O MPLA depois da independência em 1975 teve uma herança colonial de 85% da população analfabeta. E com isto foi obrigada a implementar as políticas de gratuidade e acessibilidade ao ensino, depois da independência nacional a educação foi novamente tomada como instrumento de ideologia política na sociedade angolana. O *slogan* político “Angola é um só povo e uma só nação” cabia apenas no domínio da política para unir os diferentes povos do ponto de vista cultural. Apesar de Angola ter abraçado uma educação com um punho político assente na ideologia socialista mas o país avançou na formação de quadros. Mas o país nunca teve único povo e tão pouco única nação tendo a diversidade cultural.

2.3.3- UNITA.

AUNITA foi fundada no dia 13 de Março de 1966 por Jonas Savimbi, na localidade do Mwangai, isto é, na província do Moxico. Inicialmente estruturou-se segundo uma tendência pró Maoísta como era sistematicamente notório nas posições de Jonas Savimbi. O discurso ideológico do partido andou muito orientado pela força das circunstâncias, querendo significar que se tratava de uma questão de sobrevivência, de interesses e resistência³².

Ideologicamente a UNITA também se revia no ocidente, apoiando-se na política dos EUA, isto resultou na criação de uma organização denominada *Free Angola Campaign*, na década 80 em Londres, para mobilizar a opinião pública britânica, académicos, jornalistas e políticos, a favor da causa da UNITA (Alves, 2013).

Jonas Savimbi também visitou os Estados Unidos da América onde manteve contactos com a administração Reagan por causa da retirada das tropas cubanas de Angola. A UNITA definiu as suas linhas de orientação política em 1983, reforçou a sua campanha contra a presença das tropas cubanas em Angola. Jonas Savimbi procurou apoio diplomático e material aos países que eram contra a política soviética, defendendo a retirada dos cubanos de Angola em defesa do sistema político multipartidário e da economia de mercado, usado pelos *lobbies* pró-UNITA em África, na Europa e na América (Idem, 2013).

A regulação do sistema educacional em Angola esteve sob direção do Governo português até em 1975, depois da independência era necessário que os partidos

³²Estatutos do Partido 2020.

políticos colocassem o país a funcionar, e uma das armas mais poderosa que colocaria o recém-país nos rumos do desenvolvimento era apenas a educação, nesta altura o país tinha saído das amarras coloniais e a educação para os seus filhos era a única via anotada na altura pelo governo de transição que tinham a meta de procurar as políticas educativas mais viáveis por adotar e o parecer dos partidos políticos era o bem necessário para se definir o tipo de país que eles queriam.

É nesta vertente que a UNITA entra em ação para contribuir na educação dos filhos de Angola depois das divergências entre MPLA, FNLA e UNITA. A UNITA apoiou o seu partido para uma educação de democracia, na contra-corrente à erosão dos laços sociais dos Angolanos. A sua contribuição foi notória mesmo no tempo dos conflitos, ela deu aulas de alfabetização nas senhoras adultas e noutras pessoas de faixa etária para saberem ler e escrever, mas com os esforços empreendidos por esta organização muitas daquelas que, se encontravam num autêntico analfabetismo, começavam a ter luzes do mundo da leitura (Castro, 2009).

Na saúde os apoios que o país recebia eram destinados ao Governo do MPLA, a UNITA por sua vez tinha que enveredar os seus esforços na área da saúde para dar assistência na sua população nas regiões que estavam sob seu controlo e aos militares da linha do combate, porque os conflitos, bem como as suas inúmeras repercussões agravavam as condições de saúde, económicas e sociais que já eram tão débeis neste país. Por esta razão a UNITA foi obrigada a restabelecer relações externas para receber apoio de certos países como: América, China, Tunísia, Canadá, Inglaterra e Holanda na área da saúde (Tavares, 2013).

2.4- Independência Nacional de Angola.

A independência de Angola para ser alcançada foi preciso a perca de vidas humana e muito sacrifício, o longo caminho percorrido representa a história heroica de um povo que sob a orientação unitária e correcta da sua vanguarda, contando unicamente com as próprias forças, decidiu combater pelo direito de ser livre e independente. Apesar da brutalidade da opressão e do terror imposto pelo colonialismo para asfixiar a luta, o Povo angolano, guiado pela sua

vanguarda revolucionária, afirmou de uma maneira irrefutável a sua personalidade africana e revolucionária.

Depois de 1956 com a fundação do MPLA, surge mais tarde a FNLA e UNITA na corrente de lutas árduas contra o colonialismo, a princípio, os três partidos comungavam dos mesmos ideais que visavam o alcance da independência de Angola. Neste percurso, entre 1961 e 1963 o MPLA é afetado por crises que provocam enfraquecimento e mudanças. Encontrava-se precariamente instalado na capital do país e vivencia a acirrada rivalidade com a FNLA, que provocará a primeira cisão importante no seu interior. Nesse cenário de divergências internas nos movimentos nacionalistas, muitos guerrilheiros e guerrilheiras iniciam suas lutas em determinado movimento e aderindo a outro por questões ideológicas. A luta resiliente engajada no cume destas organizações, assumiu-se ferverosamente de forma contínua, a FNLA também aderiu o comando da luta (Silva D. T., 2019).

A FNLA, criada em 1962, era fruto da junção da UPA, tendo como líder Holden Roberto, que se declarava contra os brancos portugueses, e anticomunistas e era abastecida em munição pela China; o MPLA, organizado em 1961, era um movimento político fruto da união do Partido de Luta Unida dos Estados Africanos de Angola (PLUA) e do Movimento para a Independência de Angola (MIA). Esse movimento teve como líder Agostinho Neto, que assumiu a orientação marxista e recebeu auxílio de Cuba (Idem, 2019).

Em 1966 fundava-se uma outra organização política no contexto angolano, esta organização que chamou-se UNITA teve Jonas Malheiro Savimbi como seu mentor fundador, a UNITA veio imprimir uma outra dinâmica de resiliência contra a dominação colonialista. O local da sua fundação foi no Moxico, na localidade de Mwangai, cujos efeitos da razão desta organização tiveram assentes juntos a FNLA e MPLA pela conquista da independência.

Depois de várias lutas contra o regime Salazarista, tinha chegado os acontecimentos a favor da descolonização, as lutas eram constantes e soavam contra o poder do império português e, pouco mais de nove meses do golpe de Abril, acontecia o Acordo de Alvor, assinado a 15 de Janeiro de 1975, que estabelecia um Alto-comissário e um governo de transição representativo dos

três movimentos e Portugal marcava eleições em Angola, para o mês de Outubro, e fixava a independência para 11 de Novembro de 1975.

O Acordo teve um outro ponto importante que definia o compromisso de cessar-fogo de forma geral entre o governo português e os três movimentos de libertação. Numa (2015), salienta que as negociações que culminaram no acordo de Alvor decorreram numa atmosfera pouco franca, de falsidade até, por parte da delegação portuguesa. Certo que, da sua composição faziam partes pessoas de carácter e honestidade, como o general Silva Cardoso, o Tenente-coronel Gonçalves Ribeiro e alguns mais.

O fiasco de Alvor era prematuramente anunciado em função da ausência de Portugal como potência descolonizadora que atirou para fora, todas as evidências de fraquezas estruturais herdadas do Portugal fascista, onde até aqueles que mudaram o regime não passavam de forças sobreviventes.

O facto de o acordo de Alvor não ter conseguido proporcionar uma transição suave e pacífica da situação colonial para a de um país independente se deveu à importância de Portugal para fazer cumprir as regras do Acordo, bem como à hostilidade mútua dos partidos nacionalistas africanos e à sua incapacidade de assumir a responsabilidade pela segurança em várias áreas em disputa, incluindo Luanda (Wheeler & Pélisier, 2011).

A ingerência do mediador e a falta de consenso entre o MPLA e a UNITA, principalmente, já que a FNLA teve sempre características passivas face ao contexto, que embora ela apareceu disponível na formação de um governo que liderasse Angola pois independente contribuiu no fracasso dos acordos.

Para Agostinho (2011) antes e depois do Acordo de Alvor a realidade pesava ao governo português, uma vez que o governo de transição de Angola, praticamente já não existia ou não se fazia sentir na prática, até porque os membros da FNLA e da UNITA, tinham anunciado formalmente abandonar o acordo, em 9 de Agosto. Na sequência desses acontecimentos penosos no Acordo de Alvor, o Decreto-Lei nº 458/A-75, de 22 de Agosto de 1975, vem suspender parcialmente o acordo. Dessa maneira, Portugal procurou manter a sua neutralidade mas, sem força suficiente para se impor, assegurar a tranquilidade e paz na ex-colónia, e as invasões de forças regulares de outros países, que estavam já em marcha.

Imprevisivelmente, Angola não tardou a sofrer os efeitos da intervenção armada internacional, mergulhados no interesse territorial e no confronto da Guerra Fria. As forças armadas estrangeiras viriam a desempenhar um papel crescente naquilo que começou como um conflito puramente doméstico.

Os Acordos de Alvor, assinados no Algarve, Portugal, em 1975, teriam sido um marco histórico para os angolanos se, de facto, a proclamação da independência desencadeada pelo MPLA tivesse, na verdade, englobado os outros dois movimentos nacionalistas como a FNLA e a UNITA, na partilha do poder. Finalmente, no dia 11 de Novembro de 1975 foi proclamada a independência de Angola num clima não muito bom por causa da ruptura entre os três partidos que conduziram juntos a luta contra a dominação portuguesa.

Com a declaração unilateral da independência de Angola, o MPLA viu reconhecido e reforçado o seu prestígio além-fronteiras, converteu-se com os ventos da Guerra Fria, em «partido de vanguarda» e adoptou uma matriz ideológica na linha marxista-leninista, Partido Único envolto nos pilares de Partido do Trabalho, alargou a sua base de apoio nas cidades, vilas e aldeias, cujos comités serviram de alavanca na continuidade da sua estratégia política de um movimento de massas (Chimanda, 2010).

CONCLUSÕES

CONCLUSÕES.

O protesto angolano pela independência começou muito antes do período dos anos 50, mas nesta década de 1950 verificou-se uma emergência mais ampla dos movimentos que operavam na clandestinidade. O estudo mostrou que a cultura angolana esteve ocultada por muito tempo devido a dominação portuguesa que não respeitava os hábitos e costumes do mosaico multicultural angolano e até ao início da luta armada na década seguinte, dava-se uma contribuição fundamental para o entendimento da política interna do nacionalismo angolano face a emancipação que se impunha.

A partir de então verificava-se uma eclosão pós génese do nacionalismo angolano, a rebelião de 1961 marcou uma fase do desenvolvimento distinto. Com efeito, Angola nesta altura tinha experimentado uma geração de governação colonial clássica, relativamente livre de opressões anticoloniais efectivas. Estas acções tiveram força que provinha da Liga Nacional Africana e da Associações dos Naturais de Angola que tinha alcançados um carácter de associações primordialmente económicas e sociais em Luanda. Dentre elas a mais activa era a Liga, cujas actividades ainda compreendiam a protecção dos direitos africanos conforme salientado no segundo capítulo deste trabalho.

Após a queda do regime ditatorial, a atitude dos movimentos é marcada por uma forte suspeita relativamente às propostas federalistas e referendárias do general Spínola. O primeiro líder nacionalista a comentar os acontecimentos em Portugal seria Agostinho Neto, no decorrer da sua passagem por Montreal, no Canadá, onde afirma a 27 de abril que era ainda «demasiado cedo para se avaliar o alcance destes», sublinhando, no entanto, que uma «federação», como a que fora proposta pelo general Spínola, implicava que Portugal tivesse sempre «a última palavra a dizer», pelo que não seria aceitável para o MPLA, que lutava por uma «independência completa» de Angola.

A resposta oficial da FNLA seria conhecida a 30 de abril, com o anúncio a partir de Kinshasa do prosseguimento da guerra e da sua intensificação até que a justiça, o bom senso e o direito dos povos de se disporem de si próprios leve a melhor, ao mesmo tempo que Holden Roberto ordena às suas tropas estacionadas no norte do território a intensificação das acções armadas.

Os movimentos rejeitam as propostas de Spínola e exigem um reconhecimento puro e simples do direito à independência, o que leva a um intensificar das hostilidades no pós-25 de Abril de 1974, mas finalmente, a independência foi um facto no dia 11 de Novembro de 1975 apesar do mau posicionamento do mediador português que veio se refletir mais tarde numa outra guerra civil entre os principais actores da independência.

ANEXOS.

ANEXOS.

Figura 1. Ilustra os personagens da independência de Angola.



Fonte: <https://www.voaportugues.com/a/hist%C3%B3ria-portugal-informou-eua-que-independ%C3%A2ncia-de-angola-resultaria-em-caos-econ%C3%B3mico-e-administrativo-/5790824.html>

Figura 2. Ilustra os signatários dos Acordos de Alvor.



Fonte:

https://www.google.com/search?q=os+líderes+da+independência+de+Angola&tbm=isch&ved=2ahUKEwiAwM-2mYL2AhUEDd8KHWgsB3wQ2-cCegQIABAA&oq=os+líderes+da+independência+de+Angola&gs_lcp=CgNpbWcQAzoHCCMQ

[7wMQJzoKCCMQ7wMQ6glQJzoFCAAQgAQ6BAgAEEM6BggAEAgQHjoECAAQHjoECAAQG
FDrCFijlwJgnZ8CaAdwAHgFgAHTBlgB9mySAQsyLTMyLjEzLjEuMZgBAKABAaoBC2d3cy13a
XotaW1nsAEKwAEB&scient=img&ei=LN4LYoD6A4Sa_Abo2JzgBw&bih=625&biw=1366&rlz=1
C1CHBD_pt-PTAO989AO990#imgrc=53D65Ma_2J8CtM](https://www.google.com/search?rlz=1C1CHBD_pt-PTAO989AO990#imgrc=53D65Ma_2J8CtM)

Figura 3. Ilustra o fervor festival da independência de Angola.



Fonte: <https://mercadosafricanos.com/11-de-novembro-46-aniversario-da-independencia-de-angola/>

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS.

- Agostinho, F. P. (2011). *Guerra em Angola: As Heranças da Guerra de Libertação e a Guerra Civil*. Lisboa: Academia Militar.
- Alves, C. A. (2013). *A Política Externa Angolana em Tempos de Guerra e Paz*. Coimbra: UC.
- Amorim, F. (2010). Pan-africanismo intelectual: a utopia possível? *JANUS*, 105.
- Bahu, H. A. (2013). *Os Qudros Angolanos em Portugal: Integração e Retornos*. Lisboa: Edições Calibri.
- Baquete, C. (2002). *Génese da oposição à Frente de Libertação de Moçambique FRELIMO - (1960-1994): Caso do COREMO*. Brasil: Faculdade de Ciências Sociais.
- Bellucci, B., & Lamy, P. (2017). *A Exploração Colonial na África*. SP: Secretária de Relações Internacionais do PT.
- Capoco, Z. (2013). *O nacionalismo e o Estado: Um Estudo sobre a História Política de Angola 1961-1991*. Lisboa: UCP.
- Cassama, D. J. (2014). *Amílcar Cabral e a Independência da Guiné Bissau e Cabo Verde*. SP: Unesp.
- Castro, L. R. (2009). Socialização Política: Moratória para a Ação Política. Em U. F. Janeiro, *Juventude e Socialização Política: Atualizando o Debate* (p. 480). Rio de Janeiro: Psicologia: Teoria e Pesquisa Out-Dez 2009, Vol. 25 n. 4, pp. 479-487.
- Chimanda, P. F. (2010). *Do Mono Partidarismo à Transição Democrática em Angola*. Lisboa: Universidade Pontifícia de Lisboa. Dissertação de Mestrado.
- Corção, G. (2018). *Patriotismo e Nacionalismo*. Brasil: Presença.
- Correia, L. S. (2016). *O Papel dos Estados Unidos da América no Processo de Descolonização de Angola*. Brasil: Universidade da Beira Interior. Dissertação de mestrado.

- Cruz, P. F. (2013). *Conhecimento Histórico e Diálogo Social*. Luanda: ANPUH.
- Cunha, K. D. (2020). *Sartre e o Africanismo Humanista*. Brasil: Universidade Federal do Maranhão.
- Ferreira, A. d. (2012). Da Clandestinidade à Independência: periodização, sequência e fontes. Em M. d. Cultura-Angola, *Actas do Colóquio: Da Clandestinidade à Proclamação da Independência Nacional, Memórias de um Passado que se faz Presente* (p. 93). Angola: Ministério da Cultura de Angola.
- Figalo, R. (2015). *Os Métodos Históricos nas Pesquisas da Comunicação*. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- Fonseca, A. d. (2011). *Da Clandetinidade à Independência: periodização, sequência e fontes*. Luanda: Arquivo Nacional de Angola.
- Francisco, A. A. (2013). *A Política Externa de Angola Durante a Guerra Fria (1975-1992)*. Brasília: Brasiliense.
- Francisco, A. A. (2013). *A Política Externa de Angola Durante a Guerra fria (1975-1992)*. Brasil: Universidade de Brasília.
- Höring, J. d. (2015). *Os Movimentos de Libertação Nacional em Angola: Trajectória Política, Guerra Civil e Impactos sobre a Construção do Estado (1975-2002)*. Porto-Alegre: Faculdade de Ciências Económicas.
- Imbamba, J. M. (2010). *Uma Nova Cultura para Mulheres Homens Novos: Um projecto Filosófico para Angola do 3º Milénio à luzda Filosofia de Battista Mundi*. Luanda: Centro Multimédia de Evangelização e Cultura.
- Jung, C. (2009). *Metodologia Científica e Tecnológica*. Brasil: Distribuição Gratuita.
- Lara, Â. M., & Molina, A. A. (2009). *Pesquisa qualitativa: apontamentos, conceitos e tipologias*. Rio de Janeiro: URFS.
- Leandro, F. (2005). *As armas das Vítimas*. Lisboa: Instituto de Defesa Nacional.

- Leite, J. P. (2005). *A administração belga face à presença asiática na região dos Grandes Lagos do período da ocupação aos anos 30*. Lisboa: CESA.
- Leite, J. S. (2013). *O Cooperativismo nas ex-colónias*. Coimbra: U.C.
- Lima, T. (2012). *Griots Culturas Africanas: literatura, cultura, violência, preconceito, racismo, mídias*. Brasil: UFRN.
- Mango, C. (2016). *As lutas de libertação e os Processos de Descolonização nos Países africanos de Língua oficial portuguesa (1955-1975)*. Brasil: UNILAB.
- Martinazzo, C. J. (2010). *Identidade Humana: Unidade e Diversidade Enquanto Desafios para uma Educação Planetária*. Brasil: Editora Uninjuí.
- Mateus, D. C., & Mateus, Á. (2011). *Angola 61-Guerra Colonial: Causas e consequências, o 4 de Fevereiro e o 15 de Março*. Portugal: Texto Editora, Lda.
- Matrosse, D. (2008). *Memórias e Reflexões*. Luanda: Nzila Lda.
- Mattos, S. (2014). *Objectivos Geral e Específico*. Rio de Janeiro: URGs.
- Mbah, J. M. (2010). *As Rivalidades Políticas entre a Frente Nacional de Libertação de Angola*. Luanda: Mayamba Editora. Tradução António Setas.
- Ngonda, L. (2011). *O Impacto dos Movimentos Clandestinos na Luta de Libertação*. Luanda: Arquivo Nacional de Angola.
- Numa, A. K. (2015). *Angola - Prológo ao Projecto do Mwangay: Democracia e Construtivismo*. Luanda: Damer Gráficas, SA.
- Pinto, J. P. (2017). *Literatura e identidade nacional em Angola*. Angola: União dos Escritores Angolano.
- Rocha, A. L. (2008). *Etnografia: Saberes e Práticas*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2008.
- Rocha, E. (2009). *Angola: Contribuição ao Estudo da Génese do Nacionalismo Moderno Angolano, Período de 1950 a 1964*. Angola: Olhar a História.

- Rodrigues, L. C. (2008). *Aboragem Etnográfica: Possibilidades e desafios na pesquisa de mercado*. SP: USP.
- Santos, A. R. (2000). *Metodologia Científica*. Lisboa: Escola editora.
- Santos, J. L. (2009). *O que é Cultura*. Brasil: Brasiliense.
- Savite, A. B. (2013). *Incidências da Guerra Fria no Eclodir do Conflito Angolano (em particular nos Movimentos de Libertação Nacional: MPLA, FNLA e UNITA, 1974-1989)*. Évora: Universidade de Évora.
- Silva, D. T. (2019). *História e Ficção na Construção Identitária da Mulher Angolana em Geração da Utopia, de Pepetela*. Brasil: Universidade do Estado de Amazonas.
- Silva, T. M. (2011). *Moçambique: um perfil*. Maputo: Estudos da Terra.
- Tavares, P. L. (2013). *Segurança Humana e Desenvolvimento: A Importância do Ser Humano, o Caso de Angola*. Lisboa: ISEG, Dissertação de Mestrado.
- Wheeler, D., & Pélissier, R. (2011). *História de Angola*. Lisboa: Tintas da China.
- Wheeler, D., & Pélissier, R. (2011). *História de Angola*. Lisboa: Tinta da China.
- Zambello, A. (2016). O que é política social? *Revista Agenda Política*, 8.